

EM TEMPO!

Publicação da tendência Democracia Socialista do P.T.

Como derrubar Collor de Mello

Compreender as raízes da ascensão de Collor e encontrar o veio do discurso democrático radical capaz de conquistar a consciência e o coração das amplas massas em revolta com a "Nova República". Págs. 2 a 5



Lula fala aos mineiros da Criciúma, Santa Catarina



Cerco militar dos sem terra na Fazenda Santa Elmira

**Dez anos
do heróico
movimento
dos
sem-terra**

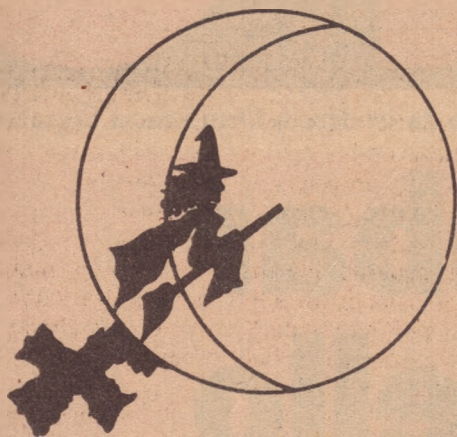
(Pág. 6, 7, 8)

Especial

Mandel sobre a dívida

Em 14 perguntas e respostas, as novas políticas do imperialismo para a dívida do "Terceiro Mundo"

*“Ninguém nasce mulher
torna-se mulher”*



Assine EM TEMPO:

Um jornal engajado na luta feminista

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 15,00 () Normal: NCz\$ 10,00

Nome: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Telefone _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.

Para enfrentar a URSS

Além da Perestroika — A era Gorbachov e o despertar do povo soviético, de Ernest Mandel.

Volume I — NCz\$ 18,50

Volume II — NCz\$ 21,00

Pedidos para Editora Aparte Ltda: Rua Artur de Azevedo, 556, Pinheiros — São Paulo, SP — CEP: 05404

EM TEMPO:

Uma publicação da
tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Issac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS nº 2.769.

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Arthur de Azevedo, 556, Pinheiros — São Paulo. CEP. Fone: 852-8880. CGC nº 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

Editorial

A via

Nas eleições presidenciais, disputam-se projetos políticos alternativos: o neoliberal privatizante e o democrático e popular. Para derrotar Collor é preciso pôr a nu as raízes classistas de sua candidatura, opondo-a frontalmente à construção de uma democracia de massas no país.

A cem dias do 15 de novembro, a disputa presidencial entra no seu momento de definição. Momento de máxima tensão de forças, de plena utilização de nossas energias militantes. E que requer também o máximo de clarividência, de lucidez.

A primeira constatação que ressalta da análise do quadro eleitoral é a indefinição. Em todas as pesquisas, a maioria absoluta dos eleitores está indecisa, ainda não definiu o seu voto.

A segunda evidência é a da instabilidade das posições eleitorais até agora conquistadas. Em todas as pesquisas, as setas que traçam a trajetória de Collor de Mello indicam, com graus variados, para baixo. A tendência de queda de Collor está expressa na distribuição dos dados: Collor é mais votado no norte/nordeste do que no sul/sudeste; é menos votado entre os eleitores acima de cinco salários mínimos (que os analistas consideram “formadores de opinião”) do que nos que ganham menos do que isso; é menos votado nos grandes centros urbanos do que nos menores.

E mais: nos últimos dias, tem-se noticiado com abundância denúncias claras e irrefutáveis da malversação de fundos públicos por parte de Collor quando governador de Alagoas. Elas atingem irremediavelmente a imagem virtuosa que se pretendeu construir em volta dele. Collor hoje se parece com o anti-Aquiles: os seus pontos vulneráveis não são segredo e nem se concentram em apenas um ponto de sua trajetória política: espalham-se por toda ela. Em um país onde houvesse Justiça, em um juízo sereno e equilibrado, Collor nem seria candidato à presidência: deveria estar preso. Podemos avaliar, com alguma margem de segurança que sua queda será acentuada quando estas notícias chegarem às televisões a partir da inauguração do horário de propaganda eleitoral gratuito.

Centro tático

É inevitável, no entanto, uma terceira promessa: a disputa presidencial alcançou, após três meses de folgada vantagem de Collor nas pesquisas, um ponto de sedimentação, de fixação. Collor é, hoje, ao mesmo tempo, o principal inimigo do movimento operário-popular nesta campanha e o candidato das classes dominantes que já exerce

Isto, no entanto, não é suficiente. O mesmo movimento de ataque a Collor tem de conter os elementos políticos que capacitam a candidatura da Frente Brasil Popular a ser a grande alternativa de massas.

O projeto da direita

Para elaborar e pôr em prática este movimento político é preciso formular uma visão política do que está em disputa nestas eleições.

A democracia

“A democracia para nós é saber ler e escrever. A democracia para nós é a saúde do povo. A democracia para nós são as organizações do povo. A democracia para nós são os direitos dos trabalhadores, a reforma agrária, a soberania, a independência e o direito à autodeterminação. A democracia para nós é criar uma sociedade fraterna de pessoas livres e iguais. É derrotar todos os exploradores do povo e libertar os explorados de suas cadeias.”

(Excertos do programa eleitoral dos sandinistas)

uma polarização importante de apoio no seu meio. Nas páginas 4 e 5, analisamos este segundo momento da campanha de Collor, o seu esforço em construir o perfil do “estadista” que as classes dominantes precisam para governar o país.

Daí que a tarefa de derrubar Collor, de travar palmo a palmo a disputa, de obrigá-lo a retroceder para o pântano do qual veio seja central. Nós, petistas, que tivemos à vanguarda do desmascaramento da “Nova República” temos agora este desafio de pôr abaixo esta farsa à enésima potência que é Collor.

Nas eleições municipais de 1988, a tática do PT de lutar pela “nacionalização dos pleitos”, no sentido de que eles se transformassem num grande tribunal da “Nova República”, foi fundamental para que o partido obtivesse várias vitórias importantes.

Nestas eleições presidenciais, este patamar foi dado já de partida. Havia desde o início um grande repúdio ao governo Sarney e ao que se identifica em geral com a “Nova República”. E desde o início o que estava em jogo era uma disputa de projetos, de saída da crise.

para derrotar Collor

É preciso indicar mais precisamente em torno do que se dá esta disputa de projetos. Ela se relaciona com a evolução da consciência democrática das massas, com o tipo de democracia que se quer para o país, com a estruturação e as funções do Estado.

A grande maré de ilusões em torno do "restabelecimento da democracia" e das mudanças que ela geraria foi inteiramente desmentida. Onde houve ilusões hoje há decepção, amargura, ódio represado, todos sentimentos legítimos.

nal, seja nos EUA, seja na Europa. Até a perestroika de Gorbachev, com os seus elementos de revalorização do mercado, é usada nesta cruzada. É uma ofensiva tão forte que já colocou de joelhos a socialdemocracia européia, o PCI e outras forças reformistas do movimento operário.

Na América Latina, o último exemplo forte foi exatamente o plano econômico adotado por Menem, negando em grande medida as tradições estatizantes de cunho populista do peronismo argentino.

seu poder judiciário — e incorpore fortemente o apelo à mobilização dos movimentos, de alternativas de democracia direta, de controle social;

— contenha a crítica incisiva a todos os elementos de privatização do Estado e relação de forma clara as medidas de melhoria de vida da população à extensão do controle social sobre a economia, o que implica, evidentemente, uma presença, uma intervenção central do Estado.

Ora, nem um nem outro ele-

programas econômicos, no dia 3 de agosto)

Com a queda nas pesquisas e a revitalização política gerada pelo processo de preparação do VI Encontro Nacional, a campanha entrou em um curso para a esquerda. No entanto, ela não encontrou ainda, um eixo político central, um ponto de gravidade. E isto é decisivo nesta fase final.

Democracia de massas

Este eixo de gravidade deve ser a defesa de uma **democracia de massas**.

Há pelo menos um lugar no Brasil onde o movimento brasileiro está travando esta luta de forma exemplar. É em Volta Redonda.

É apenas uma aparente coincidência que ali onde se desencadeou a violência mais furiosa da "Nova República" seja, ao mesmo tempo, um dos pontos vitais da campanha de privatização. Eles dizem: "a CSN está falida. A culpa: a intervenção do Estado e as greves do movimento operário. Solução: privatizar e quebrar a espinha dos trabalhadores (demissões, reduções de salários etc.)".

Ali, o movimento operário respondeu à pressão sobre eles com três eixos:

— a defesa dos salários, emprego e condições de trabalho dos trabalhadores;

— a denúncia da administração inepta e fraudulenta da CSN e a exigência da democratização de sua gestão, com a participação direta dos trabalhadores;

— o início de uma campanha de massas na cidade (com a participação de vários sindicatos de assalariados médios, associações de pequenos empresários) contra a privatização da usina.

Quatro elementos

Este exemplo ilustra um caminho para a campanha.

O primeiro elemento da defesa de uma democracia de massas é a crítica classista veemente da democracia da "Nova República" em todas as suas dimensões. Não podemos em absoluto subestimar a denúncia da corrupção e do seu potencial transformador.

O segundo elemento é o chamamento exaltado, o apelo direto às forças populares para construir uma nova democracia no país. A Frente Brasil Popular representa seguramente a esmagadora maioria de todos os lutadores sociais por um Brasil novo. Isto merece ser ressaltado: é a nossa "equipe de governo".

Se Collor apela ao imobilismo das massas, joga com a sua impotência política, temos o dever de estimular, acender, avivar as energias criadoras do povo. Devemos dizer que no governo da Frente Brasil Popular os sindicatos de operários e trabalhadores do campo, as organizações de bairro, de mulheres e de juventude, as uniões de pequenos proprietários rurais e urbanos, os jornalistas e, professores, os intelectuais e artistas, serão a fonte primeira do exercício do governo.

O terceiro elemento desta democracia de massas é a justiça social, é o combate encarnado a todos os elementos de insuportável despossessão em que vive o povo deste país. Democracia para nós, devemos dizer, é saber ler e escrever. É a saúde do povo. São os direitos dos trabalhadores. É o direito a um salário digno, livre do terror permanente da inflação. São a reforma agrária e a autodeterminação do país diante da espoliação financeira do imperialismo.

O quarto elemento desta democracia de massas é a defesa de uma sociedade fraterna, de pessoas livres e iguais. Queremos combater todas as formas de opressão da mulher. Perseguir e erradicar todas as manifestações do racismo contra os negros. Tornar sagrada a defesa dos direitos das nações indígenas. Combater toda discriminação aos homossexuais. Criar uma nova relação do homem com a natureza. Fundar, enfim, uma nova ética de convivência baseada não na busca do lucro, da competição do egoísmo.

Nas feiras, nas filas de ônibus, nas ruas o povo está falando da situação do país com as veias inflamadas de indignação. Se queremos nos encontrar com ele é preciso que o nosso discurso político absorva e expresse todo o seu potencial transformador.



Lula nas ruas: sinais de crescimento da campanha

As classes dominantes, a partir de algum tempo, vem procurando capitalizar ideologicamente este desgaste do Estado, do exercício de suas funções e atribuições para uma visão de mundo de tipo neoliberal e privatizante. "Se há crise na economia e no país é por causa da excessiva intervenção do Estado, de sua ação ineficaz e corrupta", dizem. "Para sair da crise é preciso, pois, privatizar estatais, restabelecer completa liberdade de preços, estimular a entrada do capital estrangeiro no país, estabelecer livre negociação dos salários."

Para travar este combate ideológico decisivo, as classes dominantes locais utilizam-se, apoiam-se na grande ofensiva neoliberal em nível internacio-

Do ponto de vista político, além do conteúdo de farsa e demagogia que estão presentes o tempo inteiro, a candidatura Collor vem procurando exatamente cumprir este papel.

Qual alternativa

Este discurso forte, polarizador, da direita não pode ser enfrentado se o nosso ponto de vista democrático é atenuado por uma visão institucionalista ou que faça concessões à onda neoliberal. Em outras palavras, é preciso que este discurso democrático:

— contenha a crítica incisiva às instituições da "Nova República"

— seus partidos, o Congresso,

mento estiveram presentes na conformação inicial do perfil das candidatura Lula. O que se procurou fazer foi exatamente o contrário: com a ilusão de que o crescimento da candidatura ocorreria naturalmente no vácuo surgido com a grande derrota do PMDB, procurou-se fortalecer a imagem do Lula estadista, que falava para todas as classes, capaz até de construir um discurso construtivo com o grande empresariado nacional e internacional. Do ponto de vista econômico, não foi nem uma nem duas vezes que foram emitidas opiniões em nome do PT que absorviam elementos de redução do papel intervencionista do Estado na economia (como fez Wladimir Palmeire, dirigente nacional do Partido, em debate sobre os

Collor, Lula e

*Collor é o local de passagem, ambíguo e transitório, da consciência democrática das massas.
Compreender isso é fundamental para saber combatê-lo.*

Juarez Guimarães

Collor é hoje — embora involuntariamente e apesar de sua postura de aventureiro — um sinal da evolução da consciência democrática e radical de massas no país.

Compreender isso não é fácil. Exige superar qualquer maniqueísmo: a visão de que o “bem” e o “mal” aparecem sempre em campos opostos e separados na realidade. Significa admitir que um fenômeno eleitoral de massas pode ser construído pela fusão de elementos de consciência e de ilusão.

Já sabemos que Collor é um manipulador de ilusões. Difícil, no entanto, é compreender como essas ilusões puderam ser o ponto de atração da fantasia de tantos milhões em tão curto espaço de tempo. E compreender isso é a única forma de derrotá-lo.

Quatro momentos

A consciência democrática de massas passou em poucos anos por vários estágios.

O primeiro deles foi a consciência antiditatorial que desaguou no vasto movimento pelas diretas-já. Movimento grandioso que trazia dentro de si uma contradição aguda: o de pôr as massas em movimento ainda em um horizonte liberal. Esta contradição foi superada com a delegação das esperanças de mudança ao candidato da Aliança Democrática.

O segundo momento foi a confirmação desta delegação ao PMDB em novembro de 1986. A maior vitória eleitoral de um partido na história da República, — esta avalanche de votos que foi teorizada por alguns apressados como a formação de um monopólio eleitoral, como existiu no México durante décadas — explica-se porque o partido de Ulysses parecia conciliar a sua tradição de partido antiditatorial com uma política econômica de cunho popular (vivia-se a grande ilusão do Plano Cruzado).

O Plano Cruzado ruiu, veio à tona todo o imenso arsenal de erros, trapanças, roubos e desmandos da “Nova República”.

O terceiro momento: a delegação ao PMDB foi literalmente cassada nas eleições de novembro de 1988. O massacre eleitoral do PMDB foi muito maior do que a ascensão do PT ou do PDT e o cenário político do país ficou à deriva.

O quarto momento, pós-eleitoral, inclinava-se claramente para a esquerda: Lula e Brizola na dianteira das pesquisas eleitorais, o PT ascendendo como sigla partidária preferida, a greve geral dos dias 14 e 15 de março. Por todo o país, um sentimento contra os partidos da “Nova República”, alguns movimentos, espontâneos mas significativos, de revolta contra vencimentos



Collor: um aventureiro na vertigem de governar as massas

de políticos, denúncias fartas de corrupção.

A consciência democrática das massas, já descolada do PMDB e à deriva, à procura de alternativa. É aí que se inicia a ascensão de Collor.

Descamisados e marajás

A tática de Collor foi a de jogar forte com a imaginação popular em pontos-chaves.

O primeiro elemento: a crítica ferina a Sarney e a tomada de distância da

máquina partidária esclerosada da “Nova República”.

O segundo elemento: o candidato dos “descamisados”, dos humildes. Quem acompanhou a série de três programas de Collor na TV — em especial, o do PRN — viu Collor confundido com a massa, falando indignado da fome.

O terceiro elemento: o refrão da caça aos marajás, da cadeia aos corruptos, o apelo à honestidade e à honra.

O anti-povo

1 — Collor carrega todos os vícios do político da “Nova República”. Começou sua carreira em 1979 quando foi indicado prefeito biônico de Maceió pelo PDS. Utilizou a máquina da prefeitura para se eleger deputado federal em 1982 (contratou cinco mil funcionários na última semana como prefeito). Apoiou Maluf no Colégio Eleitoral. Passou, então, como tantos outros para o PMDB. Eleito governador em 1986, na onda do Plano Cruzado, não cumpriu promessa alguma de sua campanha. Com o desgaste do PMDB, saiu para o Partido da Juventude que depois se tornou PRN.

2 — Collor é o candidato da direita, dos setores mais retrógrados da “Nova República”. Dos 22 congressistas que formam a bancada de Collor no Congresso, dez votaram a favor dos cinco anos para Sarney e nove integraram o Centrão no Congresso Constituinte. A esmagadora maioria dos apoios a Collor estão vindo do PDS, do PFL, do PTB e da direita do PMDB. Personalidades da direita como Antonio Carlos Magalhães, Júnia Marise (vice de Newton Cardoso), Jânio Quadros, o general Newton Cardoso, Roberto Marinho já manifestaram o seu apoio a Collor.

3 — Collor é tão corrupto como os outros políticos que denuncia!

— O acordo com os usineiros. Dois dias antes de deixar o governo de Alagoas, Collor fez um acordo que comprometia o estado a pagar aos usineiros durante dez anos uma quantia de 120 milhões de dólares alegadamente para devolver o ICM que haviam pago ao estado. Um verdadeiro rombo para uma dívida fictícia: os usineiros já haviam embutido antes no preço de venda da cana o valor do ICM. O acordo escandaloso gerou a renúncia do procurador geral do estado, Daniel Quintella.

— Verbas secretas — Mais de 230 milhões de cruzados foram utilizados por Collor em seu gabinete de governo. Nem a Assembléia Legislativa do Estado teve acesso à investigação destas contas.

Começava a ascensão de Collor em um momento em que o PT estava triplamente paralisado: sem propostas para a continuidade da grande greve de março, sem levar à prática a campanha contra Sarney decidida no Diretório Nacional e com a campanha de Lula praticamente imobilizada.

Os corações e a bolsa

Os três meses de favoritismo de Collor nas pesquisas (embora todas elas já indiquem o início de seu declínio) permitem-lhe começar a construir o segundo passo fundamental em sua campanha.

Após conquistar uma generosa fatia dos corações dos de baixo, é preciso garantir a adesão dos de cima. É preciso se impor como o estadista burguês que as classes dominantes precisam.

Os discursos de Collor pronunciados perante o auditório da Confederação Nacional da Indústria e diante da cúpula da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores, nos dias 27 e 28 de julho, prometem a instalação de um “verdadeiro capitalismo” no país. Seu discurso na Fenabreve é uma verdadeira peça de equilíbrio entre o apelo demagógico de massas e a retórica privatista neoliberal. Em setembro, Collor fará conferência diante de um seletivo auditório de bancos e empresas estrangeiras com interesses no país. Um porta-voz do Citybank, o maior credor externo do país, já elogiou publicamente o programa econômico de Collor.

Esta estratégia se complementa em nível partidário com um início da centralização das expressões do espectro partidário de centro e centrodireita. Collor já galvaniza o apoio em grande medida das forças regionais do PDS, PFL, PTB, de setores do PMDB.

Impasse democrático

Collor, aos olhos dos seus eleitores potenciais, parece indicar uma alternativa ao verdadeiro impasse democrático que a “Nova República” instalou no país.

O primeiro impasse aparece como impotência das massas para estabelecer um controle real do Estado através do sistema de representação criado pela “Nova República”.

Este é um ponto absolutamente decisivo. Nunca houve no país tanta liberdade para se organizar partidos, nunca o eleitor foi chamado com tanta frequência a depositar o seu voto na urna, o debate político é veiculado nos meios de comunicação sem censura política aberta. Mas tudo isso parece servir para nada diante da absurda degradação da vida política do país.

a Comuna de Paris

Confiar nos partidos? Mas como — se os políticos trocam de siglas a cada minuto, transformando o que deveria ser fixação de correntes de opinião, de ideologias, de projetos em um labirinto infernal de despistamento?

Confiar em propostas, em plataformas políticas? Para que — se em 90% dos casos se faz amanhã exatamente o contrário do que se promete hoje?

Ética pública? Como? Se é comum um parlamentar ganhar vencimentos de mais de cem salários mínimos? Como? Se a atividade política é um verdadeiro mercado persa, de tráfico de favores e influências?

O segundo impasse se refere ao esvaziamento do sentido, do conteúdo da atividade democrática. A ideologia liberal trabalha com a cisão entre cidadania política e vida privada, entre política e economia. A consciência das massas trabalha sempre fundindo as duas instâncias: a democracia só tem sentido se o seu exercício for um instrumento para melhorar a vida das grandes maiorias.

Ora, a intensificação da atividade política partidária verificada na “Nova República” coincidiu com o colapso crescente das condições de vida das massas trabalhadoras.

O tema da corrupção aparece neste contexto como um verdadeiro ponto de encontro entre a crise de representação política e a catástrofe econômica que assola o país. A corrupção perpassa cada um dos grandes problemas do país: da dívida externa ao manejo das verbas da Previdência, do sistema tributário à Bolsa de Valores, do Judiciário ao Legislativo.

É a expressão mais evidente da privatização do Estado, da pilhagem a que ele foi e está sendo submetido.

A tentação “Collor”

Collor propõe que as massas resolvam a sua impotência diante do sistema de representação política da “Nova República” pela transferência à sua pessoa das expectativas de renovação e mudança.

Se os partidos falham, por que não um “herói”? Se a vida política desce à atmosfera dos esgotos, por que não voltar em um que parece concentrar as virtudes da honestidade e honradez?

Collor propõe às massas resolver sua impotência pela absoluta despossessão dos seus direitos democráticos. O “heroísmo” de Collor é o contraponto da passividade das massas.

Esta passagem da frustração coletiva para a imagem de um “herói” só pode ocorrer através da redução da complexidade da luta de classes a um símbolo simples e manipulável. O “marajá” é



PT: o povo na aventura de se autogovernar

hoje um termo tão assimilado pela consciência popular como o era “o termo tubarões” na época de Vargas.

Uma nova ética política

Para quem desconsidera ou trata como diversionismo político a crítica ge-

neralizada aos aspectos mais degradantes da vida política do país seria interessante relembrar os fundamentos da crítica marxista ao Estado burguês.

O primeiro princípio da nova democracia inaugurada pelos operários da

Comuna de Paris foi exatamente o de que os representantes eleitos deveriam receber o mesmo salário de um operário qualificado. O segundo princípio é exatamente o de construir um mecanismo de controle direto entre representantes e representados através da possibilidade de revogação dos mandatos.

Os escritos de Lenin sobre o Estado, antes e após a tomada do poder estão repletos de críticas, propostas, exortações ao combate dos privilégios materiais dos membros do partido que ocupavam postos no nascente estado soviético.

Gramsci, na construção do conceito de hegemonia, sempre ressaltou que o partido deveria ser um local da educação de novos dirigentes portadores de uma nova “ética pública”.

E temos de reconhecer que diante da profunda degeneração da vida política do país, a crítica, as propostas, as medidas exemplares tomadas pelo PT no âmbito de suas administrações municipais têm sido tímidas e imprecisas.

Cinturão de ferro

Contra a idéia de que as massas trabalhadoras poderão resolver os seus problemas através da delegação de suas energias ativas a um “aventureiro”, a Frente Brasil Popular tem o dever de convocar as massas a exercerem em sua plenitude os seus direitos democráticos.

Isto só pode ser conseguido se se vai além do horizonte liberal de democracia, se se tira todas as conseqüências da crítica popular à “Nova República”.

A única maneira de romper o cinturão de ferro — que a “Nova República” herdou da ditadura — que aprisiona o Estado brasileiro nas mãos de uma minoria exploradora e corrupta é avançar a democracia direta das massas: criar mecanismos de controle sobre todas as autarquias e finanças do Estado, garantir a participação direta dos trabalhadores na direção das empresas estatais, implementar medidas de impacto de saneamento das enormes distorções do Legislativo e do Judiciário, estimular as formas de organização dos trabalhadores e da população em geral.

Esta afirmação ainda está formulada ao nível dos princípios gerais. Para chegar à consciência de milhões, estes princípios têm que se transformar em uma espécie de “decálogo” de compromissos de governo da Frente Brasil Popular, simples, concretos, diretos. Um instrumento de fácil popularização e que seja ao mesmo tempo uma arma contra a farsa da “Nova República” e esta farsa à enésima potência que é Collor.

O anti-Collar

Dez compromissos da Frente Brasil Popular

- 1 — **Punição implacável a todos os corruptos** — Será formada uma comissão de dez personalidades da vida nacional (partidos políticos, centrais sindicais, clero), dirigida pela OAB, para investigar e formular juízo sobre todas as denúncias de corrupção. Esta comissão terá acesso a todas as contas e tempo gratuito nos meios de comunicação para divulgar o seu trabalho.
- 2 — **Fim aos “marajás”** — O governo decretará o teto salarial máximo de vinte salários mínimos. Será posto fim ao duplo emprego público. Extintas todas as mordomias de ministros, parlamentares, militares e membros do Judiciário.
- 3 — **Sanear as estatais** — Os trabalhadores de cada empresa estatal deverão eleger livremente metade dos membros do seu conselho de direção (a outra metade será indicada pelo governo). A política de preços, salários e emprego passará sempre por critérios públicos claramente definidos.
- 4 — **Caça ao contrabando** — Serão tomadas medidas enérgicas para pôr fim à máfia do contrabando de ouro, pedras preciosas, soja.
- 5 — **Gestão direta dos fundos de poupança dos trabalhadores e da Previdência.** As centrais sindicais, as associações de aposentados deverão participar paritariamente da direção dos fundos e instituições sociais.
- 6 — **Absoluta transparência de todas as contas do governo** — O governo se comprometerá a divulgar e prestar contas de todos os seus atos financeiros (orçamentos, contratos, concorrências etc.) de forma permanente ao Congresso Nacional e à sociedade.
- 7 — **Rígido controle de câmbio e intervenção no mercado do “dólar paralelo”** — Acabar com a verdadeira máfia que lucra com a especulação do dólar e tomar medidas que impeçam a evasão ilegal das divisas do país.
- 8 — **Profunda revisão da estrutura dos impostos (evitando a penalização do assalariado e tributando os lucros), combate firme à sonegação, fim de todo subsídio que não tenha um fim social claramente definido.**
- 9 — **Intervenção no mercado financeiro com o fim de rebaixar e controlar os juros, renegociar a dívida pública, tomar medidas contra a especulação financeira.**
- 10 — **Definição estrita e ampla publicidade dos cargos de confiança a serem preenchidos por nomeação, fim ao duplo emprego público, concursos com critérios claramente definidos para o preenchimento de todos ou outros cargos.**

O Movimento dos Sem Terra faz dez anos

Nos dias 7, 8 e 9 de setembro, com a participação de Lula e representantes do Movimento dos Sem Terra de todo o Brasil, serão evocadas as ocupações das Fazendas Macalli e Brilhante. Foi lá que o movimento começou.

Aqui, um balanço das várias fases e os novos planos do Movimento dos Sem Terra.

Márcia Camargo

Dia 6 de setembro de 1979, à noite, 110 famílias sem-terra vindas de diversos municípios do Alto Uruguai, no Rio Grande do Sul, partem rumo à Fazenda Macalli. A ocupação tornou-se símbolo de uma nova era de luta e organização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra.

O grito dos sem-terra ecoaria longe e fundo. Nos dias 25, 26 e 27 de setembro os sem-terra ocupam a vizinha Fazenda Brilhante. Eram famílias que desde a expulsão em maio de 1978, da reserva indígena de Planalto e Nonoai, esperavam assentamento. As sucessivas promessas do governo do Estado, jamais cumpridas, levaram à decisão: ocupar para exigir o assentamento.

Do assentamento arrancado ao governo na Fazenda Brilhante sobrou gente. As famílias que sobraram se organizaram novamente e fundaram o Acampamento de Encruzilhada Natalino. Era dezembro.

Depois de três anos de resistência e luta, o governo do Estado assenta os colonos em três áreas do município de Ronda Alta e uma do Salto do Jacuí. Natalino, sua resistência, sua organização foram marcos deste começo do Movimento dos Sem-terra.

Ocupar é a solução

Em 1989 os colonos ocupam a Santo Augusto. Violentamente despejados, espalham-se pela região. Voltam a reunir-se em Erval Seco. O acampamento organiza a luta e obtém assentamento em Erval Seco e Tupanciretã.

Em outubro de 1985, duas mil famílias ocupam a fazenda Annoni. É o ano do 1º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra.

Antoninho Mattes, 26 anos, natural de Nonoai, membro da Executiva Estadual e da Coordenação Nacional do Movimento Sem-terra, caracteriza estes primeiros anos, de 1979 a 1985, como a primeira fase do MST. "Queríamos mostrar para a sociedade a realidade dos sem-terra. Não tínhamos uma organização sólida. O governo via as coisas com surpresa. Não havia o grau de conflito que conhecemos hoje. O governo negocia-



Santa Elmira: o conforto entre 500 famílias sem terra e e 1200 PMs...

A guerra suja

"É difícil defender, só com palavras, a vida..."

João Cabral de Melo Neto, em *Morte e vida Severina*.

Em quatro anos, a "Nova República" enterrou 533 agricultores, agentes pastorais e religiosos, assassinados em 2.905 conflitos fundiários. Eram 882 as mortes registradas de 1964 a 1984.

Em dados relatados na revista da ABRA: em 71, foram registrados 109 conflitos agrários e a

ocorrência de 22 mortes. Dez anos depois haverá 896 conflitos, com 131 pessoas mortas. Em 1984, a situação continuava a se agravar. Ocorreram 123 mortes, os conflitos atingindo 950 casos. Foram registrados 768 conflitos em 1985 e 759 conflitos no ano seguinte. Depois de 1985, os confrontos aumentam: eclodiram 60 casos naquele ano, e em 1986 chegariam a 281. Em 85 houve 222 mortes, 177 em 1986 e, até o mês de julho de 1987, 99 mortes haviam sido registradas.

va. Não dava nada mas negociava."

Nesta primeira fase, Antoninho Mattes reconhece "um apoio e até um comando da Igreja". Era a fase das grandes expectativas: "Tínhamos apoio até do PMDB. O lema era 'Ocupar é a solução'. Mas íamos pra cima da terra, chamávamos a atenção e, quando vinha a Brigada Militar, acampávamos fora da área, pressionando pela negociação."

Para caracterizar as mudanças do Movimento dos Sem-

terra, David Stival, da assessoria do Movimento e membro da Executiva do PT do Rio Grande do Sul, lembra o Congresso de 1985, em Curitiba. Pela primeira vez, reuniam-se lideranças de dezesseis estados. Dez deles possuíam organização dos sem-terra. "Define-se aí o caráter do Movimento: por uma reforma agrária ampla, conquistada através de um movimento massivo e autônomo."

Os sem-terra da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio

Palavras vazias

Um breve retrato, em números, conjuga miséria com morte no campo brasileiro. Os números do fracasso do PNRA e os números que mostram o acirramento dos conflitos no campo demonstram isso. Na cidade, marcas trágicas, como o desemprego, a subhabitação, a marginalidade brutal, dão notícia dos 16 milhões de deserdados que deixaram o campo de 1970 a 1980.

A meta do PNRA, lançado festivamente pela "Nova República" em 85, era assentar 450 mil famílias até o fim de 1987. Foram desapropriados apenas 4 milhões dos 44 milhões

de hectares prometidos. Isto é, em 4 anos não foram atingidos 10% das metas. Até 1989, o plano deveria assentar 1,4 milhão de famílias, mas até fevereiro de 1988, por dados da ABRA, somente 11.526 famílias tiveram acesso a seu pedaço de terra. A superfície total atingida em projetos de assentamento foi de 2.091.419 ha.

No Brasil real nada mudou: 1,2 milhão de latifúndios (25% dos imóveis rurais) concentram 417,5 milhões de hectares, contra os 51,4 milhões depositados nas mãos de pequenos agricultores.

Grande do Sul), reunidos em Chapecó, em janeiro de 1983 tinham adotado dez pontos básicos para sua luta. Mas foi com o crescimento das ocupações em 85 — 15 estados fizeram grandes ocupações —, que o movimento encontrou-se com os grandes desafios de sua segunda fase.

Segunda fase

Uma nova situação política desenha-se no país. O governo militar é sucedido pela "Nova

República". Ao fundo, a ideia de tecer um pacto social. Em abril de 1985 é criado o MIRAD. Em maio, no IV Congresso de Trabalhadores da Agricultura em Brasília, o ministro Nelson Ribeiro e o presidente do INCRA, José Gomes da Silva, apresentaram o I Plano Nacional de Reforma Agrária. De outro lado, a burguesia agrária mobiliza-se. Em 27 de junho realiza um "Congresso Nacional de Reforma Agrária". Articulam-se o PUR — Pacto de Unidade e

Resistência —, formado por pecuaristas e plantadores de soja do Estado do RS, e a UDR — União Democrática Ruralista — formada pelos plantadores de arroz e pecuaristas de Goiás.

Esta nova situação, combinada com a Constituinte, refletiu-se sobre o MST: “ocupar é a solução”, que era a nossa palavra de ordem “foi um pouco desvirtuada”, diz Antoninho Mattes.

Um milhão e duzentos mil eleitores assinaram a emenda pela Reforma Agrária. O maior número de assinaturas entre todas as emendas apresentadas. Isso não foi suficiente. Em uma análise sobre a Carta de 88, José Gomes da Silva, em artigo publicado na Revista da ABRA, edição de agosto/novembro de 1988, afirma: “A Reforma Agrária não conseguiu vencer os bois da UDR.” E conclui: “A Constituição Federal de 1988 transformou-se para os trabalhadores rurais na pior Carta desde 1946.”

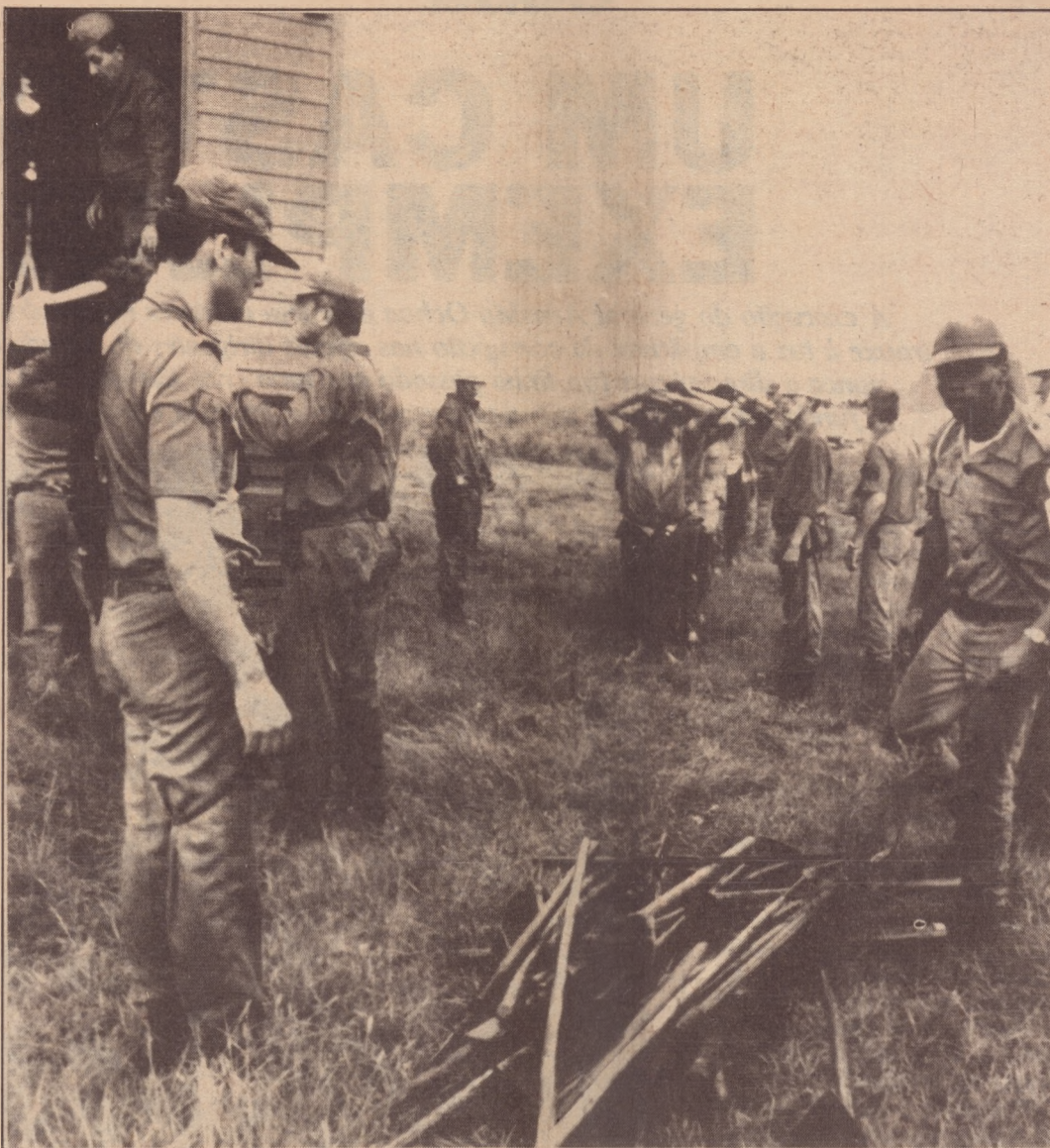
A confusão no conceito de “propriedade produtiva” e o tratamento paritário entre a Política Agrícola e a Reforma Agrária igualaram, na opinião de José Gomes da Silva, o conjuntural ao estrutural, trazendo para a constituição temas que vinham sendo tratados por decretos ou mesmo portarias ministeriais. Um exemplo é a questão da extensão rural. Aos assalariados rurais, a Constituição roubou o direito à prescrição bial, que distinguia os trabalhadores do campo, obrigando o empregador a comprovar o cumprimento de suas obrigações trabalhistas no prazo de dois anos (art. 233).

Ofensiva da UDR

Já na promulgação da Constituição, em 1988, estava claro que os recuos na nova carta combinavam-se ao esvaziamento do PNRA, extinção do MIRAD. Enfim, as oligarquias rurais recobravam o fôlego. Estes recuos andam junto com a ofensiva das milícias armadas da UDR. Trata-se de fazer a “boa política”, apresentando-se à sociedade através da disputa eleitoral à presidência, com Ronaldo Caiado, mas sobretudo de atuar diretamente na disputa pela terra. A situação de opressão cotidiana dos trabalhadores rurais só pôde ser mantida com mais violência: a morte, a tortura, os despejos brutais, a intimidação constante.

Entre janeiro de 1985 e junho de 1987, 458 trabalhadores rurais, índios e seus apoiadores foram assassinados em conflitos de terra. Esta cifra multiplica por quase vinte o número de vítimas registrado em 1971, e é o dobro de 1985.

Os objetivos desta violência são expulsar camponeses das



resultou em dezenas de feridos e vinte presos

Enredo

Um certo Moisés ou talvez Manuel, cujo nome era João mas que se chamava Sem Terra

O jornalista gaúcho Carlos Wagner escrevia em seu livro *A saga do João sem terra*, publicado em 1988, pela Ed. Vozes: “João Machado dos Santos, João Sem Terra, era um intrépido líder camponês gaúcho, militante do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), que existiu no RS nos anos 60. Em 63 e 64, foi seqüestrado, torturado e libertado diversas vezes. Para escapar à encanizada perseguição que a polícia lhe fazia e prosseguir na luta pela reforma agrária radical e o cooperativismo, em janeiro de 1964, João Sem Terra troca de nome. Possivelmente tenha se engajado na luta armada no Norte do Brasil. Há 25 anos desapareceu sem deixar vestígios. Aos seus familiares restou a esperança de um dia encontrar uma pista a respeito do seu paradeiro. Embora, lá no fundo da alma, os seus filhos já carreguem uma certeza há um bom tempo: ele está morto insepulto em algum caminho deste país.”

Pois em 1989, João Sem Terra volta a ser acolhido entre os trabalhadores, seus irmãos, do Rio Grande do Sul.

João Sem Terra embrenhara-se no interior de Goiás, na região de Trompas e Formoso, onde havia um bem-plantado movimento camponês, pouco antes de 64. Entre 1970 e 80, trabalhou junto a José Porfírio na organização de trabalhadores rurais pela posse e regularização da terra, criando sindicatos. Em Monte Alegre (GO), com a identidade de Moisés Manoel da Silva, foi fundador, presidente, candidato a prefeito e deputado estadual pelo PT.

Agora, com 64 anos, o João Sem Terra prepara-se para integrar-se como “mais um” na luta pela reforma agrária, participando das comemorações dos 10 anos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, lá na Natalino.

terras que eles ocupam ou impor a parceiros, pequenos arrendatários ou a trabalhadores rurais condições de trabalho insuportáveis.

Novos aliados

David Stival, descrevendo a ocupação da Fazenda Annoni, afirma: “Foi uma sucessão de empreitadas quase espontâneas. Íamos pra cima da terra, saíamos quando vinha a Brigada. Isso refletiu-se também nos acampamentos. Em Natalino permitimos que o governo

entrasse. Foi o tempo do Cel. Curió.” Das experiências e vezes vividos naquela época “aprendemos a necessidade de organização do movimento sem-terra, a necessidade de autonomia dos núcleos assentados e acampados com relação ao governo, a necessidade de produzir para levar adiante nossas lutas”.

A ocupação em Erval Seco, agosto de 1984, é assinalada como “a primeira ocupação organizada dos sem-terra” Daquela ocupação à data de hoje, foram realizados cinco

encontros nacionais e um congresso, que animaram a existência, hoje, de 42 núcleos, entre ocupações e acampamentos, reunindo 16 mil famílias, em mais de dez estados brasileiros.

Ocupar, resistir e produzir

“No V Encontro Nacional, em Sumaré, em fevereiro, 200 delegados de 17 estados aprovaram um Plano de Ação para os próximos cinco anos. Este plano destaca-se por uma estratégia: ‘Ocupar, resistir e

produzir’. Uma decisão de tal envergadura aponta para a realização de um salto do movimento. Este salto será consagrado através da realização do 2º Congresso do Movimento Sem-terra.”

Marcado para 1990, este Congresso contará com a presença de dez mil delegados, de todos os estados brasileiros. O Congresso que criou o movimento, em 1985, teve a participação de 1.500 delegados.

Os novos problemas do Movimento dos Sem-terra, que David Stival chama de “a busca de novas formas para enfrentar o latifúndio”, reúnem questões extremamente complexas.

Participar da CUT

A agudização dos confrontos, simbolizada na ocupação da Fazenda Santa Elmira, RS, quando 500 famílias sem-terra foram cercadas por 1.200 policiais militares, resultando em dezenas de feridos e vinte presos, é um dos elementos desta nova situação.

Os confrontos, descritos pela UDR como fruto da “guerrilha promovida pelos sem-terra” fazem parte de uma empreitada consciente da direita rural no sentido de “legitimar” sua própria ação violenta.

Por outro lado, como diz Stival, “afunilou a questão institucional. A partir de 90 não vemos mais possibilidade de atuar neste espaço”. Esta conclusão combina-se com outra: “A luta pela terra e a luta pelo socialismo andam juntas.” E nas palavras de Antoninho Mattes: “Reforma agrária só quando os trabalhadores botarem a mão no poder.”

Nos depoimentos que colhemos, foram enumerados alguns elementos desta 3ª fase do movimento sem terra. Dito por eles: “Começa um processo de discussão e maturação frente a esta realidade. Esta nova conjuntura exige iniciativa e organização. O movimento precisa apostar onde vê perspectivas. Precisamos construir novas alianças. É preciso sustentar os acampamentos e assentamentos política e materialmente. É preciso produzir. E produzir de forma coletiva, associada, participativa.”

O Movimento Sem-terra estabeleceu por objetivo participar da CUT. Antoninho Mattes explica: “Concordamos com as propostas da CUT. Mas temos dois problemas para botar em prática nossa atuação na CUT. Como movimento de massas amplo e de organização direta, temos de resolver a forma de participar, o funcionamento. Outro problema é a diferenciação entre os setores no campo. Temos assalariados, sem-terra, pe-

Cuba

UM CASTIGO EXEMPLAR ?

A execução do general Arnaldo Ochoa e de três militares implicados no tráfico de drogas trouxe à luz a amplitude da corrupção nas esferas dirigentes do Estado cubano. Em trinta anos, nunca a direção castrista tinha passado por uma crise tão grave. O caso choca-se com os fundamentos éticos e morais da revolução e desgasta o conjunto da direção castrista.

quenos proprietários, parceiros, meeiros, enfim, e isto leva a aspirações e reivindicações que podem ser combinadas, mas têm diferenciações.”

A terra e a fábrica

A CUT aprovou, recentemente, em Congresso realizado no Rio Grande do Sul, uma proposta de atuação e fortalecimento da secretaria agrária. Junto com isso, avançou a discussão sobre políticas para a luta pela reforma agrária, política agrícola e organização sindical. Como espaço da frente única dos trabalhadores rurais e urbanos, é local privilegiado da extensão da luta pela reforma agrária às cidades.

Antoninho Mattes comenta, sobre as dificuldades no relacionamento com outros setores do movimento sindical: “Temos dentro de nós o corporativismo, não só os sem-terra. Esta tendência de olhar só o seu lado. Mas hoje pensamos que isto atrapalha a luta.”

Outro aspecto da necessidade de tecer novas alianças e globalizar a luta da terra está na combinação com a luta política. No depoimento de Antoninho Mattes, ele diz: “A direção do movimento toda é PT, mas os Sem-terra é um movimento de massas, mexemos com todo o mundo. Hoje, pra nós está claro que o partido que pode fazer mudanças mais radicais é o PT. Tem que haver uma aproximação maior.”

Em reunião da Executiva Regional do PT gaúcho, dois dirigentes dos Sem-terra, Darcy Maschio e Nelson Portela, debateram este problema. Nas conclusões, firmou-se a idéia de estreitar a discussão, com a participação dos Sem-terra na Secretaria Agrária do PT. Os dirigentes petistas na reunião destacaram criticamente a dificuldade de aprofundar o apoio ao movimento sem discutir sua atuação. Junto com isso, debateu-se a perspectiva estratégica: a reforma agrária integrada entre as tarefas de um processo revolucionário, as bases da propriedade social da terra, através do cultivo coletivo e não predatório.

Todos estes elementos da luta pela reforma agrária são integrados à nossa realidade social e à luta política, onde estão lado a lado todos os explorados. Nas palavras de Isaac Akcelrud, em **Reforma Agrária, a luta pela terra no Brasil**, Ed. Global: “A mudança real está no fato da empresa rural ter levado para o campo a mesma luta de classes que viceja na cidade. A luta pela terra será tanto mais avançada quanto a fábrica dela participar. A luta operária irá tanto mais longe quanto mobilize o interior.”

Janette Habel

O editorial consagrado em 9 de julho pelo jornal **Granma**, órgão central do PC cubano, à execução de quatro militares por tráfico de drogas, confirmaria, se ainda houvesse necessidade, que a direção castrista acaba de escrever uma das páginas mais sombrias de sua história.

Em um estilo que acreditávamos ultrapassado, o editorialista ataca os “vermes contra-revolucionários”, os que ousaram pôr em dúvida o fato de que este processo “tenha sido o mais limpo que se possa conceber”. O que deveria ser evidente por si, pois “quando o Partido fala, nem uma só palavra, nem uma só vírgula se afasta da verdade”.

Enquanto a pena de morte é abolida por governos capitalistas, a direção de um país que se reclama do socialismo não hesita em fazer fuzilar quatro de seus antigos dirigentes militares.

A revolução cubana estaria tão sitiada, a guerra civil tão às portas, a intervenção estrangeira tão iminente para que tenha sido necessário recorrer tão rapidamente à pena capital? É certo que em trinta anos de existência a revolução não deixou de ser ameaçada. Hoje como ontem, a administração americana não aceitou nunca o desafio cubano. Os esforços consagrados por Cuba à sua defesa são, portanto, legítimos. Mas a execução de quatro traficantes de droga era indispensável para garantir esta legítima defesa? É uma primeira questão.

A abolição da pena de morte é uma medida de humanidade, um índice — ainda que limitado — de recuo da barbárie. Seu reestabelecimento pela Suprema Corte dos Estados Unidos (inclusive para menores) obscurece as proclamações democráticas e lança uma luz turva sobre o funcionamento da justiça deste país. A direção cubana não poderia poupar-se deste descrédito? Era-lhe necessária a morte para se desembaraçar das ambigüidades? A justiça foi sumária.

Tribunal de exceção

Segundo o **Granma**, a implicação de Ochoa no tráfico de droga só foi descoberta a 12 de junho. A 13 de julho ele foi executado. Contrariamente ao



Ochoa na TV: “Não tenho mais razões para viver”

que afirmou Fidel Castro, as garantias de um processo democrático e isento para os acusados não foram asseguradas. Nem o Tribunal de Honra militar composto de 47 generais e almirantes, nem a corte marcial (tribunal militar especial), nem o Conselho de Estado, no qual têm assento trinta dos principais dirigentes do país, não permitem garantir os direitos de defesa.

Todos se manifestaram, mas nem uma só voz formulou uma dúvida sequer quanto à correção dos procedimentos. E em primeiro lugar: por que um tribunal de exceção, uma jurisdição sumária como em tempo de guerra? A presidência do tribunal: três generais de divisão. O promotor? O general de brigada Escalona, ministro da Justiça... Os advogados de defesa? Um coronel, seis majores, um capitão, um tenente, designados, é claro.

Arnaldo Ochoa, é verdade, não protestou. Em termos que nos provocaram calafrios, reconheceu seus erros, inocentou “o comandante-em-chefe, o partido, o governo, as forças armadas” e prometeu que seu último pensamento seria para Fidel Castro e a revolução. Nossa inquietação é alimentada por meio século de farsas judiciárias, de confissões extorquidas, de crimes cometidos em nome do socialismo.

Em Cuba, como em toda parte, agrada ou não, é preciso de agora em diante provar e

demonstrar, e melhor cem vezes do que uma. A amplitude da retransmissão televisada, desumana e indecente na mistura de sentimentos expostos (na presença dos filhos de Arnaldo Ochoa) é apenas um substituto televisivo e uma paródia da democracia. Teríamos gostado, por exemplo, de pedir a Arnaldo Ochoa que precisasse comentários enigmáticos, como este: “Resmungamos quando recebemos uma ordem, e chega a hora em que terminamos por pensar que toda ordem que nos chega do comandante superior é uma ordem mal dada. Neste rumo, adquirimos um modo de pensar independente e terminamos por acreditar que temos razão.”

Se as acusações de corrupção em Angola (as denúncias do governo angolano provavelmente precipitaram as revelações públicas) e de cumplicidade no tráfico de drogas parecem confirmadas por um lado, por outro teríamos gostado de compreender o caminho e as motivações de um antigo “herói da República”, que neste plano ficou estranhamente silencioso.

Qual era a finalidade deste tráfico de drogas? Ochoa agiu com fins estritamente pessoais ou com fins militares? Quem sabe disto? Três ministros foram destituídos: tinham alguma responsabilidade nisto, e qual? De quais cumplicidades os acusados puderam beneficiar-se em um tráfico desta am-

plitude? Como explicar que as autoridades tenham ignorado tudo durante dois anos? Dizendo de outra forma, foi feita justiça? Foi feita toda a justiça?

Dúvida e ceticismo

O monopólio do poder detido pela direção castrista, sua recusa a toda contestação, o arbítrio que preside as decisões judiciárias, a ausência de uma informação crítica e o seguimento dos principais dirigentes só podem provocar a dúvida e o ceticismo. A experiência histórica pesa demais para que possamos acreditar em alguém apenas por sua palavra, inclusive Fidel Castro!

Se a “Cuban Connection” foi confirmada, questões demais continuam suspensas. Quem foi visado pelo “castigo exemplar” reclamado por Castro? A esta questão, o longo discurso pronunciado por Castro diante do Conselho de Estado para rejeitar a comutação da pena de morte permite responder. A denúncia da malversação de bens mal adquiridos por altos dignitários (em particular no ministério do Interior), de privilégios indevidos, em termos de uma extrema violência, não nos engana. O tráfico de drogas? A direção não sabia. Mas o resto, ela sabe, e o “resto” não é menos ameaçador para o futuro de uma revolução do que poderiam ser Ochoa e os outros acusados, fuzilados para dar o exemplo.



O imperialismo e a dívida externa

A tomada de posição sobre a dívida externa é um divisor de águas nesta campanha eleitoral.

Aqui, Ernest Mandel analisa as entranhas do fenômeno na dívida externa em sua relação com o processo de crise em que vive a economia capitalista internacional. Analisa as raízes e o significado das propostas contidas nos Planos Baker e Brady.

1 — Qual a causa da explosão da dívida do Terceiro Mundo? Há muito tempo estes países vêm sofrendo uma falta de recursos. Embora continuem sendo países capitalistas, são carentes de capital. Não é porque tenham, repentinamente, solicitado mais créditos internacionais que eles ficaram mais endividados a partir de 1975. Não é a demanda de créditos internacionais que se modificou: foi a oferta que mudou.

Em consequência da recessão da economia capitalista internacional de 1974-1975 e da longa depressão em que essa economia mergulhou (com uma taxa de crescimento reduzida em mais da metade em relação ao período 1948-1973), a demanda de créditos das empresas dos países imperialistas sofreu uma redução relativa. Os grandes bancos dos países imperialistas amealharam abundantes depósitos, capital-dinheiro. Para realizar lucros, eles precisavam colocar todos esses depósitos sob a forma de créditos. Por isto saíram à procura de clientes. Fizeram a volta ao mundo e literalmente despejaram créditos suplementares sobre a cabeça dos países do terceiro mundo (e em menor medida nos países pós-capitalistas). (Pós-capitalistas é a classificação científica dos países do assim chamado "socialismo real", Nota da Redação).

2 — Esta explosão da dívida do Terceiro Mundo é um fenômeno isolado na evolução da economia internacional?

Não. A evolução da economia capitalista internacional se caracteriza há muito tempo por uma explosão generalizada do endividamento. Em realidade, como já dissemos há algum tempo, depois da Segunda Guerra Mundial, o capitalismo navegou para a expansão num oceano de dívidas.

O endividamento das empresas permitiu a redução da contradição entre a queda da taxa de lucro e a necessidade dum aumento da acumulação do capital por causa da terceira revolução tecnológica (introdução da automação,

da cibernética, do computador. **Nota da Redação**). O endividamento das pessoas físicas (o crédito hipotecário, a venda à prestação de automóveis e eletrodomésticos) permitiu reduzir a contradição entre o enorme aumento da capacidade de produção e o progresso muito modesto, a estagnação e mesmo o recuo do poder de compra das massas trabalhadoras. O crescimento da dívida pública permitiu reduzir a contradição entre o enorme crescimento das despesas públicas e a recusa da burguesia em pagar um aumento dos impostos devidos pelo capital.

Fica entendido que estamos falando de uma redução temporária destas contradições e não de sua supressão ou mesmo de uma redução duradoura. Se passamos, desde o início dos anos setenta, de uma onda longa expansiva para uma onda longa depressiva da

China. Isto perfaz 15% da dívida para mais da metade da população mundial... Isto põe em relevo o exagero demagógico e o caráter racista do enorme barulho dos meios de comunicação de massa em torno da ameaça que a explosão da dívida do Terceiro Mundo representaria para a economia mundial, enquanto são muito mais discretos sobre o fenômeno geral do endividamento.

3 — A pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o reembolso da dívida, a inquietude do grande capital imperialista diante dela não corresponderia, então, a uma ameaça real?

Evidentemente há uma diferença real entre o endividamento crescente das empresas nos países imperialistas e o endividamento maior dos países do Terceiro Mundo (bem como o de al-

Daí o temor de um **krach** bancário, sobretudo nos Estados Unidos.

Os grandes bancos americanos detêm uma parte importante dos créditos do Terceiro Mundo. Muitas vezes esta dívida representa mais do que seu capital próprio. Dois dos principais bancos dos Estados Unidos, o Citybank e o Chase Manhattan, detêm débitos do Terceiro Mundo que se elevam a 200% de seus próprios recursos. Se não forem reembolsados, podem falir. Uma tal quebra bancária atingindo alguns bancos importantes dos Estados Unidos implica no risco de provocar, numa reação em cadeia, um naufrágio de toda a economia capitalista mundial, semelhante ao que ocorreu em 1931, após o **krach** bancário americano provocado pela falência de alguns bancos da Europa Central.

4 — Quais são os efeitos desta política de reembolso da dívida nos países do Terceiro Mundo?

São efeitos de regressão social evidente. Para poder pagar o serviço da dívida (já aumentado pela elevação das taxas de juros desde o início dos anos oitenta), estes países são obrigados a restringir severamente o consumo interno e desenvolver suas exportações. Trata-se, portanto, de uma brutal política de austeridade.

Isto significa que esses países são empurrados para trás, três, quatro ou cinco decênios, do ponto de vista do nível de vida das massas. Em países como o Haiti, El Salvador ou vários países da África Negra estima-se que a metade da população vive com rações alimentares de mil e setecentas calorias por dia, isto é, as mesmas dos campos de concentração nazistas.

Dois mecanismos principais impõem esta pauperização. Primeiro, a inflação que, em numerosos países, atinge o estágio da inflação galopante. As massas trabalhadoras sofrem com isto, pois seus magros salários são pagos em moeda nacional que se desvaloriza constantemente em relação ao dólar. Mas a burguesia pode se proteger pela "dolarização" cada vez maior da economia do país. Ela coloca seus capitais e seus lucros em dólares, transfere-os para o estrangeiro, além de ganhar com as operações de comércio exterior.

O segundo mecanismo é o da supressão brutal das subvenções aos preços dos produtos alimentícios e dos serviços vitais (saúde, educação, transportes coletivos, etc.) sob exigência direta do FMI. Isto também implica numa deterioração radical do nível de vida das massas. Segundo a UNICEF, nos trinta e sete países mais pobres, as despesas em educação e saúde por habitante foram reduzidas respectivamente em 50% e 25% nos últimos anos.



Há superabundância e não carência de capitais nos países capitalistas centrais

economia, é justamente porque o aumento das dívidas começou a produzir efeitos perversos sobre o crescimento econômico.

Também não é menos verdadeiro que, apesar disso, o endividamento da economia capitalista continua avançando solto. Depois do **Krach** da bolsa de outubro de 1987, ocorreu uma nova explosão do crédito, para retardar a nova recessão inevitável anunciada por esse **krach**.

Atualmente, somente as dívidas contabilizadas em dólares (sem levar em conta as dívidas reembolsáveis em francos franceses, em marcos alemães, em yens, em libras esterlinas, em ECU (a sigla identifica uma moeda escritural, usada no comércio entre os países do Mercado Comum Europeu. **Nota da Redação**) elevam-se ao montante nominal de dez trilhões de dólares. 10.000.000.000.000 de dólares.

A dívida do Terceiro Mundo, que se eleva a 1.300 bilhões de dólares, representa, portanto, menos de 15% do total, mesmo juntando-se a dívida da

guns países pós-capitalistas como a Polônia, a Iugoslávia e a Hungria). É que as primeiras são muito mais solváveis que estes últimos. A relação entre as dívidas e as receitas correntes é muito pior para os países do Terceiro Mundo do que para as empresas imperialistas e os Estados imperialistas.

Os países do Terceiro Mundo têm que pagar o serviço da dívida e reembolsar o capital emprestado com divisas estrangeiras. Suas moedas nacionais, golpeadas pela inflação, em geral são inconversíveis em divisas dos países imperialistas, em dólares, em primeiro lugar. Portanto os meios bancários imperialistas calculam a capacidade de reembolso da dívida por estes países à luz da relação entre a dívida e as rendas das exportações. Esta relação vem se deteriorando desde o início dos anos 80, sobretudo depois da recessão de 1980-1982 e da queda dos preços relativos das matérias-primas.

Daí o temor do capital internacional de que esses países se tornem insolváveis e não paguem o serviço da dívida.



O que visam os

A estratégia da burguesia internacional consiste em pressionar para



5 — Quais são os efeitos da política de reembolso da dívida sobre o conjunto da economia capitalista internacional?

São efeitos globalmente perversos. De saída, a política de pagamento da dívida implica na transferência maciça de recursos do Terceiro Mundo para os países imperialistas. Estima-se que só a América Latina transferiu 17 bilhões de dólares para as metrópoles em 1986 e mais de 20 bilhões em 1987. No período 1982-1988, 179 bilhões de dólares foram transferidos da América Latina e mais de 250 do conjunto do Terceiro Mundo. O absurdo e a imoralidade dessa transferência carecem ser comentados.

Ao mesmo tempo, a política de reembolso da dívida implica num esforço colossal de exportação de produtos industriais de parte dos países semi-industrializados (Brasil, Coréia do Sul, Formosa, Hong Kong, Singapura, México) para os mercados das metrópoles imperialistas. Este esforço se efetua graças aos baixos salários. Resulta na supressão de numerosos empregos industriais nos países imperialistas, o que pressiona os salários no sentido da baixa.

Mas, como os países do Terceiro Mundo são obrigados, ao mesmo tempo, a restringir suas importações de maneira draconiana, como cai o poder de compra, tanto no Terceiro Mundo como nas metrópoles, verifica-se uma contínua contração relativa do comércio mundial:

Exportações mundiais em % do PNB nacional

1980	17,7	1984	15,7
1981	17,0	1985	15,1
1982	16,1	1986	14,1
1983	15,3	1987	14,9

Esta contradição é um dos fatores que mantêm a economia capitalista internacional em uma situação de depressão de longa duração.

6 — Quais são as causas e natureza do Plano Baker, do Plano Brady e das medidas de Mitterrand?

Enquanto o FMI e os meios bancários internacionais continuam exercendo sua brutal pressão em favor do reembolso da dívida pelos países do Terceiro Mundo, assistimos a iniciativas em sentido oposto de parte de vários governos dos países imperialistas. Houve um Plano Baker dos Estados Unidos em favor de uma redução parcial da dívida. Acaba de ocorrer a iniciativa espetacular de Mitterrand anulando de golpe a dívida dos países africanos mais pobres para com o Estado francês. Existe o novo Plano Brady.

Estas iniciativas refletem, em primeiro lugar, ao menos parcialmente, contradições reais no próprio seio da burguesia imperialista. Os setores ditos do capital financeiro e as multinacionais imperialistas mais poderosas estão

mais interessadas nas exportações para o Terceiro Mundo que representam, notadamente para a Europa, entre 20 e 25% das exportações globais. Os setores puramente "bancários" dão prioridade às vantagens e cálculos monetários a curto prazo. As multilaterais europeias e japonesas (que menos emprestaram ao Terceiro Mundo e, portanto, correm menos riscos) podem permitir-se o luxo de parecer mais "generosas" do que os bancos americanos.

Mas todos os governos imperialistas e o grande capital se dão perfeitamente conta dos efeitos perversos da política de reembolso da dívida, tanto no plano econômico como no plano social. Eles temem crises sociais no Terceiro Mundo com o risco de chegar a explosões ameaçadoras para suas propriedades nesses países. Motins de famintos já se verificaram em Argel, Caracas, Rosario, Lagos e outras cidades. Há o risco de que se multipliquem amanhã. Portanto, é de interesse da burguesia internacional comportar-se de maneira menos "dura" que o FMI.

Acrescente-se que tais gestos saem muito baratos. Não custam caro pela simples razão, como sabe qualquer pessoa por menos informada que seja, de que de todo jeito o Terceiro Mundo é incapaz de reembolsar o capital emprestado. Onde poderiam esses países encontrar 1.300 bilhões de dólares para pagar a dívida, mesmo no espaço de dez ou vinte anos?

Se isto já é verdade para o Terceiro Mundo em geral, chega a ser dez vezes mais verdadeiro para os países mais pobres, como os que tiveram sua dívida anulada por Mitterrand (menos que 0,2% da dívida total do Terceiro Mundo, diga-se de passagem). É ser generoso a muito bom preço anular uma dívida que seria contestada em qualquer hipótese, provocando reações em cadeia para o sistema de crédito, o sistema bancário e o sistema monetário internacionais no seu conjunto. De outro lado, o Plano Baker significava, na prática, um saneamento dos bancos privados americanos às custas das finanças públicas, isto é, do contribuinte.

Na realidade, a burguesia internacional não está tão interessada em recuperar seus capitais. Ela não sofre de uma penúria de liquidez. Seu problema é muito mais uma superabundância de capital-dinheiro e uma ausência de campos de investimento. O que ela deseja, portanto, é que o pagamento dos juros da dívida não seja interrompido. As concessões quanto ao reembolso do capital acentuam a pressão para que o pagamento do serviço da dívida não seja interrompido ou, pelo menos, nem tanto quanto os imperialistas e seus governos possam temer. E isto é também

um ganho para eles.

Finalmente, esta política de concessões comporta um aspecto do maior interesse para o imperialismo. É a tentativa de transformar uma parte dos créditos em propriedade de bens reais, até aqui pertencentes aos países do Terceiro Mundo. Se, ao abandonar 50% do valor dos débitos, o capital imperialista obtém em troca 20 ou 30% desse valor em fábricas e companhias aéreas como a Aerolíneas Argentinas, em realidade, ele troca papel praticamente sem valor por valores substanciais. Faz, portanto, um excelente negócio.

Além disso, essa conversão potencial da dívida externa é acompanhada por uma verdadeira explosão da dívida interna (em divisas nacionais) a qual, no caso do México, já atingiu 25% do PNB.

7 — O movimento operário internacional, incluindo o dos países imperialistas e abrangendo sua ala revolucionária, deve apoiar a campanha em favor da anulação da dívida, tal como a conduzida notadamente por Fidel Castro?

Absolutamente. É um dever internacionalista elementar para com nossos irmãos e irmãs mais carentes do mundo. O reembolso duma parte da dívida do Terceiro Mundo e o prosseguimento do pagamento da dívida são uma causa de pauperização absoluta no Terceiro Mundo. São uma causa adicional de miséria, de fome, de morte no sentido literal do termo. Temos o dever, todos e todas, de gritar "BASTA!" a tudo isto. Temos o dever, todos e todas, de exprimir nossa indignação ante as ações e manobras dos esfomeadores de povos. Seria a maior das hipocrisias, se nos contentássemos com o protesto contra os crimes do imperialismo, sem apoiar na prática uma campanha que tem por objetivo forçá-lo a recuar num aspecto concreto da superexploração das massas do Terceiro Mundo.

Uma conferência dos sindicatos latino-americanos, realizada em Lima há alguns meses, lançou um apelo neste sentido. O pranteado camarada Raul Sendic (dirigente recém-falecido dos Tupamaros. Nota da Redação) lembrou nessa conferência que os povos do Terceiro Mundo já tinham pago mais do que a dívida: não somente pelo fluxo contínuo dos juros usuários sobre o principal da dívida, mas também pela baixa relativa dos preços das matérias-primas (os termos de intercâmbio) às custas dos países semicoloniais, exportadores de matérias-primas. Estima-se que estes países perderam mais de cem bilhões de dólares com essa deterioração ao longo dos últimos dez anos. Seria odioso não responder ao apelo dos sindicatos latino-americanos.

Planos Baker e Brady

que o pagamento dos juros da dívida não seja interrompido.



Nicholas Brady

Baker e Brady

PLANO BAKER — Apresentado na reunião do FMI, de agosto de 1985, pelo então Secretário do Tesouro dos EUA e atual Secretário de Estado, James Baker. Consistia no aumento de empréstimos a países endividados pelos bancos comerciais e organismos multilaterais, objetivando que estes países pagassem suas dívidas, acreditando que teriam crescimento econômico. Foi um retumbante fracasso: não houve crescimento econômico e os bancos comerciais se recusaram a colocar dinheiro novo no mercado.

PLANO BRADY — Apresentado pelo atual Secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, em março deste ano. Tem a fórmula genérica de "estimular a redução voluntária da dívida". Pretende que os bancos credores, com o apoio do FMI e do Banco Mundial rolem boa parte dos US\$ 400 bilhões da dívida do Terceiro Mundo. Pretende que os países superavitários façam um esforço de financiamento paralelo a países endividados, a vantagem dos bancos seria a de poder negociar os títulos da dívida no mercado secundário. O Tesouro dos EUA acredita reduzir a dívida do terceiro mundo em 20%. Os países imediatamente beneficiários deste plano são o México e a Venezuela. O Brasil fica de fora.

8 — Não seria preciso incluir a reivindicação de anulação da dívida dos Estados pós-capitalistas, dos Estados operários?

Sem dúvida alguma. Para poder reduzir a dívida da Romênia junto aos bancos e governos imperialistas, o tirano/estalinista Ceaucescu organizou um regime de miséria espantosa no país. Chegou ao ponto de cortar o aquecimento e a eletricidade nas residências de operários e camponeses para economizar na importação de energia. Foi instalada a fome no país para poder aumentar as exportações agroalimentares.

Na Iugoslávia, na Polônia, na Hungria, a redução das subvenções aos preços dos produtos e serviços de primeira necessidade é efetuada sob pressão direta do FMI. Recentemente, o governo húngaro admitiu que é por ordem do FMI que os preços dos produtos farmacêuticos foram aumentados a tal ponto que a parte mais pobre da população não pode mais adquiri-los.

A burocracia reinante nesses países, que já não vê mais saída para a miséria econômica em que os mergulhou a não ser nos pedidos de créditos e de tecnologias ocidentais e japonesas, quer se mostrar boa cliente, inclusive às custas da miséria das massas de seus países. É nosso dever internacional denunciar a ação malfeitora do FMI e do capital internacional tanto nesses países como no Terceiro Mundo. Quaisquer que sejam as restrições ou a rejeição dos burocratas no poder, as massas laboriosas desses países nos compreendem e nos aprovam quando reclamamos que não sejam tocadas suas magras vantagens de justiça social e segurança no emprego para agradar aos sanguessugas imperialistas.

9 — Uma campanha internacional não se chocaria com o fato dos trabalhadores dos países imperialistas terem uma vantagem indireta no pagamento da dívida e, portanto, não terem interesse material numa campanha comum entre sindicatos e partidos operários do Ocidente e do Japão, duma parte, e os do Terceiro Mundo, de outra?

Esse pretendido interesse dos trabalhadores das metrópoles imperialistas no reembolso da dívida é um mito defendido conjuntamente pela direita socialdemocrata, por uma parte da burocracia sindical, paralelamente a uma tese similar sustentada pela burguesia do Terceiro Mundo.

A tese segundo a qual a redução dos lucros dos bancos imperialistas reduziria os salários ou o emprego nos países imperialistas pressupõe que a causa da austeridade e da depressão residiria na penúria de capitais no Ocidente. Como já dissemos, o contrário é que é a verdade. A causa da depressão é a superabundância de capitais e não a penúria deles. Os lucros dos bancos, das multinacionais, das grandes empresas aumentaram enormemente. Mas o desemprego praticamente não diminuiu.

Na realidade, pode-se muito mais argumentar em sentido inverso. As consequências objetivas da política de reembolso da dívida implicam na supressão de empregos e queda nos salários dos trabalhadores e trabalhadoras dos países imperialistas. Com efeito, esta política obriga os países semi-industrializados uma política de exporta-

ção de baixos salários.

Os sindicatos e as massas dos países imperialistas se confrontam, com a opção entre duas estratégias. A primeira é uma estratégia nacionalista de solidariedade com seu próprio patronato, isto é, de colaboração de classes. Ela pode assumir a forma do protecionismo retrógrado ou a da "abertura" neoliberal. Nos dois casos, implica na aceitação da austeridade em nome da "defesa da competitividade de 'nossa' indústria". Ela arrasta a classe-operária internacional para um verdadeiro círculo vicioso infernal de baixa do poder de compra.

A segunda é uma estratégia internacionalista de solidariedade de classe. Ela visa à ação comum dos sindicatos e dos trabalhadores dos países imperialistas e dos trabalhadores dos países do Terceiro Mundo, contra as multinacionais, o patronato e os governos que aplicam a política de austeridade em todos esses países. Ele opõe à lógica da concorrência e do lucro a lógica da defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores. Ela procura, portanto, impor ao capital um alinhamento dos salários, dos gastos sociais e das condições de trabalho (incluindo aí a duração da jornada) para cima e não para baixo. Neste sentido, a luta contra a miséria e os baixos salários no Terceiro Mundo interessa também aos trabalhadores das metrópoles imperialistas.

10 — Uma tal política dos sindicatos e dos trabalhadores das metrópoles pela elevação dos salários no Terceiro Mundo não resultaria objetivamente no bloqueio da industrialização e mesmo no agravamento do subdesenvolvimento?

Absolutamente não. A política de solidariedade internacional de classe que propugnamos não resulta, nem objetiva nem logicamente, no subdesenvolvimento. Ela substitue acima de tudo um "modelo de desenvolvimento" baseado nas exportações a qualquer preço por um "modelo de desenvolvimento" voltado em primeiro lugar para o mercado interno, isto é, para a eliminação da miséria e das desigualdades sociais mais gritantes. A médio e a longo prazos, aliás, é um "modelo de desenvolvimento" mais realista e mais praticável que o atual.

Primeiro, porque setores inteiros do patronato metropolitano reagem contra as "exportações de baixos salários" pelo desenvolvimento frenético de tecnologias semi-automatizadas. Diante delas, mesmo os salários mais baixos perdem sua competitividade. Depois, porque os esforços de protecionismo, de guerra comercial se desenvolvem nos países imperialistas, erigindo barreiras suplementares contra as importações provenientes das indústrias do Terceiro Mundo.

Pode-se evidentemente, colocar a questão de saber até que ponto o "modelo de desenvolvimento, apoiado na expansão do mercado interno dos países do Terceiro Mundo (o que implica notadamente numa reforma agrária radical) não se choca frontalmente com a lógica do capitalismo, não pressupõe um processo de revolução permanente nos países atingidos? Mas, onde está o mal, se a defesa intransigente dos interesses materiais imediatos dos assalariados e de todos os explorados arrastam-os a questionar não somente o imperialismo mas também o próprio capitalismo?





Os limites da proposta Terceiromundista

A proposta feita por Fidel Castro de uma frente comum de todos os governos do Terceiro Mundo pela anulação da dívida é irrealizável.

11 — A anulação da dívida pode, por si mesma, eliminar a miséria dos povos do Terceiro Mundo e o subdesenvolvimento em geral?

Não. Anular a dívida é necessário mas insuficiente. Para suprimir a miséria do Terceiro Mundo, é preciso uma redistribuição radical dos recursos disponíveis à escala do planeta em favor dos povos do Terceiro Mundo. Além disso, é preciso uma revolução social nesses países.

Tudo isto é apenas justiça no duplo sentido do termo. As massas do Terceiro Mundo vêm sendo exploradas pelo menos há quatro séculos, senão mais, pelos senhores da economia capitalista mundial. Esta redistribuição é possível sem baixar o nível de vida dos trabalhadores e trabalhadoras das metrópoles imperialistas, graças à supressão radical das despesas improdutivas e de uma mobilização dos recursos ociosos ou subutilizados nas metrópoles (pensemos, por exemplo, no desemprego). Somente as despesas militares e espaciais constituem um fundo de reserva disponível numa escala colossal.

Além disso, é preciso sublinhar o escândalo da exportação massiva de armas dos países imperialistas para o Terceiro Mundo, uma causa parcial do endividamento, fonte importante de lucros para os trustes imperialistas, insulto permanente para os esfomeados. Em vez de dar-lhes pão, vendem armas a seus patrões, armas que servem para massacrá-los quando se revoltam!

12 — A luta pela anulação da dívida do Terceiro Mundo não opõe em blocos países ricos e países pobres?

A grosso modo, não. Os países do Terceiro Mundo, tal como os países imperialistas, estão divididos em classes sociais antagônicas. As classes dominantes dos países do Terceiro Mundo não foram empobrecidas pelo reembolso da dívida,

em curso. Pelo contrário, estas operações lhes permitiram enriquecer-se ainda mais à custa dos assalariados e dos camponeses pobres de seus próprios países. Utilizaram as exigências do FMI para acentuar as medidas de austeridade e a política repressiva que, de qualquer forma, decidiram aplicar, para aumentar seus lucros e defender sua propriedade.

Uma boa parte dos créditos estrangeiros recebidos jamais foi investida produtivamente nos países do Terceiro Mundo. Foi desviada pelas classes possuidoras para contas bancárias no exterior com fins especulativos no exterior. Estimase que, na Argentina, mais da metade dos créditos recebidos do estrangeiro foram desviados deste modo e jamais chegaram ao país (no Brasil, é corrente a estimativa de que 40 bilhões de dólares, um terço da dívida externa, estão depositadas em contas particulares secretas no exterior. Nota da Redação).

A "dolarização" da economia destes países, bem como a inflação galopante, permitiram na maior parte dos países afetados um processo colossal e criminoso de redistribuição de rendas em benefício dos ricos e à custa dos pobres. Alguns dos potentados do Terceiro Mundo, desse modo, acumularam fortunas que figuram entre as maiores da economia capitalista internacional.

Mas, dito isto, a ideologia terceiro-mundista, que oculta as contradições e lutas sociais nos países subdesenvolvidos, serve objetivamente aos interesses da burguesia desses países e é contrária aos interesses dos explorados e dos oprimidos do Terceiro Mundo.

13 — É preciso formar uma frente comum do Terceiro Mundo contra o pagamento da dívida, como propõe Fidel Castro?

Toda ação concreta contra o pagamento da dívida é



uma ação positiva que merece apoio, mesmo que venha de um governo burguês do Terceiro Mundo. Não somos neutros num conflito entre um país subdesenvolvido, mesmo sob direção política reacionária, mesmo ditatorial, e um Estado imperialista, bancos imperialistas ou o FMI. Em qualquer desses conflitos estamos com os primeiros, contra os segundos.

Mas nós adotamos esta atitude de apoio crítico, até de frente única antiimperialista, mantendo uma posição de independência de classe de proletariado e dos camponeses pobres, não abandonando nem por um instante sequer o combate dos explorados por seus interesses próprios e pela conquista das liberdades democráticas. Estamos convencidos que, longe de enfraquecer a luta antiimperialista, esta independência de classe a torna mais eficaz.

Somos mais do que céticos quanto às possibilidades práticas de realizar a frente comum de todos os governos do Terceiro Mundo para a anulação da dívida. Não que não o desejemos, mas cremos que é irrealista supor que as classes possui-

doras que têm laços profundos com as multinacionais e o capital bancário internacional estejam realmente dispostas a combater seriamente contra tais forças.

Além disso, a disparidade de interesses e de orientações entre, por exemplo, o governo do México e o da Zâmbia, entre o da Coréia do Sul e o do Egito, entre o de El Salvador e o da Líbia, para não dizer entre o do Paquistão ou da Arábia Saudita e o da Nicarágua, são tais que uma frente comum parece extremamente pouco provável. A maior

parte de tais governos, aliás, também se caracterizam pelo medo às suas próprias classes trabalhadoras (pensemos no Brasil!) que supera de longe suas diferenças de interesses com o imperialismo.

Esses governos podem ser forçados a interromper momentaneamente o serviço da dívida por falta absoluta de recursos ou de divisas, como fizeram o Zaire ou a Argentina, que não paga mais nada desde abril de 1988. Eles podem valer-se da agitação em torno da dívida e do FMI para barganhar com o imperialismo uma redução dos encargos da dívida. Mas, no final das contas, a maior parte continuará a pagar, procurarão impor a carga do pagamento aos explorados e aos pobres de seus países e não se engajarão numa política durável de anulação, nem mesmo de moratória generalizada.

14 — Como se pode resumir corretamente, sem cair na ideologia neoliberal, pró-capitalista e pró-imperialista, nem na ideologia terceiro-mundista, o escândalo da política de reembolso da dívida do Terceiro Mundo e da política do FMI?

Os pobres dos países pobres são obrigados a financiar os ricos dos países ricos e os ricos de seus próprios países.

Os presidenciais e a dívida

Na disputa política para a Presidência da República, a atitude dos partidos frente à questão da dívida externa, introduz uma enorme clivagem. De um lado os que são contra o pagamento da dívida: A Frente Brasil Popular (PT, PC do B e PSB) que nos primeiros dias de governo suspenderá o pagamento da dívida, examinará caso a caso e desencadeará uma campanha internacional de esclarecimento e busca de apoio interno e externo para enfrentar os bancos credores e o imperialismo.

Da burguesia, todos falam em negociar e em pagar. Nada muito distinto do que propõem os agentes financeiros internacionais. Alguns anunciam que vão limitar as remessas para o exterior (PSDB, PDT, PFL, PL). O PSDB ainda chegaria a declarar uma moratória se as negociações não derem certo. A sigla do candidato Fernando Collor, fazendo jus aos elogios que recebe dos grandes banqueiros internacionais, declara que retirará o aval do Tesouro, negociará de forma descentralizada e tentando fórmulas para cada caso.

Do lado dos representantes

Volta Redonda

Uma trincheira contra a privatização

O novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda lança uma reflexão importante sobre o papel do sindicatos nas empresas estatais diante da atual conjuntura do país.



O petista Wagner Barcelos

Issac Akcelrud

Uma exata medida da temperatura da luta de classes nas grandes concentrações operárias do país está exposta na entrada do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda: é o cartaz com o resultado das primeiras eleições para a renovação da diretoria depois da morte do presidente Juarez Antunes (que os trabalhadores elegeram deputado federal e fizeram prefeito de Volta Redonda), em misterioso "acidente rodoviário".

O pleito sindical foi o confronto direto entre as jovens lideranças emergentes e o peleguismo mais serviçal ao governo e aos patrões. Os metalúrgicos derrotaram o Ministro da Indústria e Comércio, repudiando seu plano de privatização da grande usina; repeliram a intervenção dos grandes in-

dustriais articulados na Fiesp e na Fierj, ao desmoralizarem a falsa liderança "nacional" de Luiz Antonio Medeiros.

A chapa cutista, encabeçada por Wagner Barcelos, jovem metalúrgico de 30 anos, obteve 85,4% dos votos. A chapa da CGT, patrocinada e sustentada pelos capitalistas através de Medeiros, mal se arrastou até os 7,7% dos votos. O resto ficou entre duas chapas fictícias, votos nulos e em branco. Foi acachapante.

A dimensão do Sindicato se exprime em dois planos de atuação e organização de milhares de trabalhadores, entre 40 e 45 mil metalúrgicos. Em Volta Redonda, realiza exponencialmente a função de **sindicato de empresa**, organizando dezenas de milhares de operários dentro e fora da Usina Presidente Vargas. Ao mesmo tempo, é um **sindicato regional**, incluindo em suas fileiras

os metalúrgicos de empresas menores da constelação siderúrgica formada em torno de Volta Redonda, nos municípios de Barra Mansa, Rezende e Itatiaia.

É sobre este vasto e diferenciado panorama que vai incidir o dinamismo criativo dos nossos dirigentes.

A entrevista que Wagner Barcelos concedeu ao EM TEMPO é um testemunho do nível político e intelectual já atingido pela liderança do novo sindicalismo independente, no Brasil.

Organização da categoria

Foi preciso esperar que o novo presidente do Sindicato terminasse uma panfletagem, seguida imediatamente por uma discussão com a direção da empresa, para poder entrevistá-lo. Wagner Barcelos não tem o menor traço de burocratismo:

— A primeira coisa que vamos fazer é um levantamento e balanço das reivindicações para manter o nível de mobilização e avançar mais e mais na organização da categoria — começa dizendo.

O turno de seis horas e a reposição salarial estão inscritos no acordo coletivo firmado pela empresa ao término da greve do fim do ano passado. O prazo então concedido já acabou. As empreiteiras priva-

das estão pagando abaixo da média salarial — denuncia.

No capítulo das condições de trabalho — segurança, higiene, doenças profissionais — temos uma ampla campanha à espera de iniciativa e combatividade. Nosso programa incluirá, em detalhe, empresa por empresa, a organização da categoria pela base.

As subseções sindicais multiplicarão nossa presença e revelarão novas lideranças. O Sindicato vai legar a experiência feita na CSN para dentro das empresas privadas, que não são tão pequenas como simulam parecer, para ficarem escondidas na sombra da CSN. Basta citar dois exemplos próximos, logo ali em Barra Mansa: a Metalúrgica Barbará, multinacional francesa, do Grupo Saint Gobain, com 1.800 operários, e a Siderúrgica Barra Mansa, do grupo Votorantim com 3.500 operários. Como se vê, temos pela frente, além da estatal, o grande capital nacional e estrangeiro.

Anti-Medeiros

Nossa primeira obrigação política é a solidariedade aos metalúrgicos de São Paulo, para que se libertem de Luiz Antonio Medeiros que teve a desfaçatez de montar sua tenda de aventureiro em Volta Redonda.

É a segunda derrota que sofre no Estado do Rio de Janeiro.

Os metalúrgicos cariocas já o derrotaram antes de nós. O governo e os patrões precisavam de Medeiros enfiado em Volta Redonda, para "ajudar" na campanha da privatização. Receberam a merecida resposta. Mas não vai ficar nisso. Vamos legar nossa solidariedade aos paulistanos e arrancar a máscara dessa falsa liderança.

Reavaliação das estatais

O jovem presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda adverte que ainda abordamos a questão das estatais mais por intuição do que por avaliação política. Durante muito tempo, recorda, vigorou a tese de que "todo patrão é a mesma coisa, seja o Estado ou o empresário privado".

De acordo com essa concepção, o destino das estatais era indiferente do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores. Com essa visão, deixamos de observar que as estatais são os cartórios das empresas privadas. Os setores de base, onde o lucro é mais demorado e nos quais o capital recusa correr o risco, ficam para o Estado, isto é, para o povo pagar. Mas aí desponta uma primeira contradição: nas condições brasileiras, a luta nas estatais se politiza mais rapidamente. Se é estatal, é propriedade de todos os brasileiros, de certa forma é minha também. Então, como é que me explora?

— O movimento sindical, para ser a escola do socialismo, precisa reavaliar e repensar as estatais, prossegue Wagner Barcelos. Pessoalmente cheguei à conclusão que, nas relações diretas de trabalho, o operário da empresa privada é mais intensamente explorado que o das estatais. Mais ainda: algumas conquistas importantes da atualidade partiram exatamente da luta de classes no interior das estatais. Por exemplo, convém anotar:

Resultado das eleições

Chapa 1	12.792	85,4%
Chapa 2	1.153	7,7%
Chapa 3	294	1,9%
Chapa 4	416	2,8%
Nulos	157	1,0%
Branco	144	0,96%
Total	14.956	

— A conquista do turno de seis horas resulta de uma luta iniciada pelos petroleiros, de 1961 a 1964. Na Bahia, um amplo setor conquistou a jornada de 6 horas desde 1961. Os que continuaram no regime de 8 horas diárias passaram a receber as duas horas excedentes como um abono, isto é, tiveram um aumento de salário como compensação.

— O 13º salário tem sua origem nas lutas sistemáticas de todos os anos por abono de natal. O abono, antes arrancado ano a ano, passou a ser direito adquirido sob a forma de 13º salário.

— A folga de dois dias após uma jornada de trabalho noturno e o trabalho de turno de revezamento foram primeiro uma conquista dos petroleiros, portuários e setor siderúrgico. Começou pela Cosipa. Depois veio a Usiminas. Em seguida a CSN. E já atingiu a empresa privada.

— A licença maternidade coroava as lutas que a inseriam nos acordos coletivos. Agora virou lei.

Não é por efeito mágico que isso ocorreu. É porque as estatais são grandes concentrações em setores estratégicos da economia — petróleo, eletricidade, siderurgia etc. — o que facilita o espoucar das idéias.

Fases e função das estatais

— Mudou o papel das estatais? indaga Vagner Barcelos.

— Ainda não encontrei uma análise definindo as mudanças. Mas anotaria três períodos distintos:

1 — De 1930 a 1960. Investimento real maciço na indústria de base: Rede Ferroviária, CSN, Petrobrás, Fábrica Nacional de Motores. Objetivo: criar condições propícias à instalação do capital internacional no Brasil: indústria automobilística, estaleiros navais, eletrodomésticos.

2 — O regime militar alterou esse papel. A centralização do poder significou, de fato, uma militarização — verdadeira caixa preta em função do binômio segurança e desenvolvimento. As estatais serviram para: a) captação de recursos externos, um salto no endividamento; b) passaram a ser feudos de setores específicos da oligarquia dominante.

Por exemplo, o programa nuclear com o elefante branco da Nuclebras, favoreceu as multas como a Siemens e a Westinghouse e a pesquisa no interesse militar do átomo. A siderurgia significou aço barato para a indústria automobilística, de alimentação (lataria)

e para a indústria bélica. A contenção de preços repassou 17 bilhões de dólares para esses setores nos últimos 12 anos. Tucuruí, um prejuízo ecológico fantástico, significou energia praticamente gratuita para a indústria de alumínio e ferro, a partir dos minérios de Carajás.

3 — Atualmente, em virtude da crise mundial, estancou a capacidade de investimento. Fechou a torneira. As estatais passaram a ser o vilão. Surge a proposta de privatização para pagar a dívida externa, uma velha aspiração da sra. Thatcher.

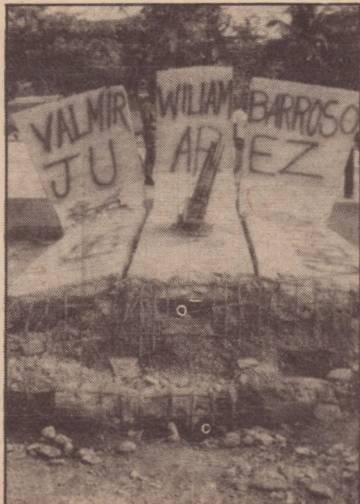
Privatização, enfoque errado

A análise do líder metalúrgico denuncia um enfoque errado por falta de discussão: não se trata apenas de defender o nível de emprego. O perigo da privatização é mais grave do que isso, porque:

1 — Privatizando as estatais, o governo perde o controle da economia em prejuízo do povo. Sem influência alguma na produção, no faturamento, no tipo do produto, tarifas e preços, cai também a arrecadação de impostos. Empresa privada não paga imposto — ou repassa para o consumidor ou sonega. Ou faz as duas coisas, como no acordo dos usineiros com Collor de Mello.

2 — O resultado de tudo isso é uma depreciação da vida da população. Vai ser pior do que agora. A empresa privada quer reduzir salários e aumentar a carga de trabalho, em busca de maiores lucros. Arrecadando menos, o governo fará menos ainda escolas e hospitais. Triplica a já insuportável dívida social.

Tudo isso significa que a burguesia se revela inapta para governar o país. Não tem capacidade de resposta na área do investimento social. A classe trabalhadora está sendo chamada a organizar a legítima defesa do povo brasileiro contra essa espoliação.



João Otávio

A morte estúpida cortou a ascensão de uma das lideranças operárias da CUT mais promissoras do Vale do Aço, em Minas



João Otávio: plantando sementes

Waldemar Fernandes

Chovia intensamente em Timóteo, Minas, na noite de 25 de junho. Às 22:10 horas distribuiu o boletim "Metalúrgicos da CUT" na portaria 2 da Acesita aos trabalhadores que deixavam o turno das 15:00 horas e aos que iriam entrar para o turno das 23:00 horas. Fez o mesmo na portaria 3 e, ao se dirigir à portaria 7, o carro se desgovernou em um trevo, rodou na pista e se chocou com o poste. João Otávio estava só no carro.

João Otávio Afonso Ramalho nasceu em Juiz de Fora no dia 12 de janeiro de 1964. Era o terceiro filho de Otávio Ramalho Jr. e Maria Afonso Ramalho.

Um ano e meio depois sua família se mudou para Coronel Fabriciano e instalou-se no bairro Amaro Lanari, famoso por abrigar os "candangos" de Brasília que, expulsos da capital federal pelo desaquecimento da construção civil, vieram plantar os alicerces da Usiminas.

Em duas escolas do mesmo bairro Amaro Lanari, João Otávio cursou da 1ª à 8ª série. Em 1979, ingressou na PUC, no curso técnico de Eletrotécnica, ao mesmo tempo em que trabalhava para custear os estudos. Seu primeiro emprego

foi de embalador nas Casas Buri. Depois, trabalhou na T.G.C. Serviços Ltda. como auxiliar técnico. Em setembro de 1985, entrou para a Acesita, Timóteo, onde rapidamente se distinguiu por sua competência profissional.

Em 1987, com 23 anos, iniciou a sua trajetória sindical e política. Logo em janeiro, foi eleito para representar os trabalhadores em uma comissão paritária junto a representantes da empresa, que tinha por objetivo estabelecer o grau de risco de energia elétrica nos vários locais de trabalho da companhia, fixação da remuneração do adicional de periculosidade, conquistada em greve de 21 dias realizada em novembro de 1986.

De volta à PUC, João Otávio teria um papel destacado na direção da greve estudantil de 1987, sendo o coordenador da comissão de negociação por seus colegas. Em setembro do mesmo ano, participou como delegado do XXIX Congresso da Une já como presidente do D.A.

Sementes

Filiou-se ao PT em outubro de 1987, aproximando-se da tendência Democracia Socialista. No mês seguinte, como delegado de base do Sindicato

dos Metalúrgicos de Timóteo, participaria do II Congresso da CUT/MG.

Em julho de 1988, começou a firmar a sua liderança perante os metalúrgicos da Acesita. Na greve de 24 dias, defendeu a continuidade do movimento, ao final vitorioso, contra a diretoria do Sindicato que defendia a volta ao trabalho.

Em setembro de 1988, foi eleito vice-presidente da Cipa de Acesita. Em novembro, durante a campanha salarial dos metalúrgicos, integra a comissão de negociação com a empresa, eleito pelo voto da base.

Em abril deste ano, consolidou a sua liderança com a greve de 30 dias que paralisou a Acesita. Foi eleito secretário-geral da Federação Sindical Metalúrgica Democrática de Minas Gerais.

Um mês depois, encontrou a morte no asfalto molhado em Timóteo. Sua vida interrompida aos 25 anos deixou fincadas as raízes de um trabalho obstinado que os trabalhadores da Acesita não esquecerão.

Na noite seguinte à sua morte, uma multidão emocionada de trabalhadores atravessou as ruas molhadas de Timóteo, rumo ao cemitério da Enconsta, como se estivesse plantando sementes. (Márcio Gomes)

A Revolução Nicaragüense

2ª parte

Os dez anos que precedem a vitória da revolução sandinista são uma fonte inesgotável de ensinamentos. A disputa pela hegemonia da luta contra o ditador Somoza é travada até o último instante. Iniciativas militares de grande ousadia casam-se com lances diplomáticos, organização na base e construção de frentes.

Tensionando todo o processo, a convergência entre as três tendências da FSLN: a proletária, a guerra prolongada e a insurrecionalista.

O processo de "acumulação de forças em silêncio" findou espetacularmente em 27 de dezembro de 1974. Nesse dia, o comandante Eduardo Conteras dirigiu um assalto à casa do um somozista, onde estava se realizando uma homenagem ao embaixador americano. Essa ação "acelerou o processo de decomposição do regime e desenvolveu a Frente Sandinista. De fato, expôs abertamente a fragilidade da ditadura que se viu obrigada a libertar os presos e a publicar um pronunciamento revolucionário pelo rádio, televisão e jornal, a entregar um milhão de dólares e a ceder um avião que transportou o comando vitorioso e os réus até Cuba".

A FSLN surgiu como a única força capaz de dirigir revolucionariamente a derrubada do regime. As "ações civicas" da UDEL — à frente entre o Partido Social-Cristão, o Liberal Independente, o PSN e os seus sindicatos — eram incapazes concretamente de mudanças na realidade nicaragüense.

Morre Carlos Fonseca

Entre 27 de dezembro de 1974 e 1977 a Nicarágua viveu uma etapa onde o governo somozista pôde desencadear uma repressão muito forte, que chegou a assassinar vários dos mais expressivos dirigentes da FSLN. Entre eles,

Carlos Fonseca.

Foram tempos muito difíceis para os revolucionários. A morte de Carlos Fonseca, em particular, foi um golpe muito duro. A ditadura somozista chegou a interpretá-lo como praticamente o fim da luta sandinista. Mas, como Borges disse em *A Axioma da Esperança*, "A vitória tem um preço elevado e triste, a morte do grande comandante da revolução. Mais uma vez somozistas, os agentes do imperialismo na Nicarágua, se equivocaram. "Carlos Fonseca é um dos mortos que nunca morrem", diziam os presos sandinistas para a di-

tadura. A revolução continuava viva.

Três tendências

A FSLN tinha feito uma certa divisão de trabalho entre seus membros, devido às necessidades da luta, entre montanhas, cidades e trabalho de massa. "Os golpes da ditadura", explica Borges, "converteram essa divisão de trabalho em um relativo isolamento de seus diversos elementos entre si. E a percepção da realidade através de experiências distintas condicionadas por essa divisão de trabalho, sobre a base do isolamento conduziram, entre outros fatores, à formulação de três tendências no seio da FSLN."



A unidade dos revolucionários: a chave da vitória

Após quatorze anos de unidade, partindo de hipóteses estratégicas diferenciadas, em um momento de ascensão revolucionário, surgem as tendências. Elas, no entanto, continuam a manter um quadro de referência comum.

Charles André Udry, em *A Revolução Nicaragüense*, analisa essas tendências. "A **Tendência Proletária** acentua os efeitos sociais do desenvolvimento capitalista da Nicarágua e, portanto, do reforço da classe operária e do seu papel decisivo na revolução. A FSLN deve concentrar seu trabalho dentro do proletariado e das massas urbanas. Mas a perspectiva é de acumulação por um período prolongado.

Este esforço está inserido na preparação de um "momento insurrecional" dentro de uma conjuntura mais madura e propícia. Decorre daí uma certa subordinação das ações de guerrilha ao esforço prioritário de organização das massas e, portanto, uma ruptura com a perspectiva tradicional da FSLN de "guerra prolongada".

"A **Tendência Guerra Prolongada** acentua o desenvolvimento da guerrilha nas montanhas, arriscando-se a um isolamento não de suas bases de apoio próximas à **Tendência Proletária** a partir do momento que acentuou a necessidade de um período longo de acumulação gradual (em termos de reforço da organização, armamentos, experiência). Através do desenvolvimento da luta guerrilheira, devem amadurecer as condições para uma insurreição, intervindo, assim, "no momento certo".

A **Tendência Insurrecional**, "terciária", desempenhou um papel de mediadora frente às medidas disciplinares tomadas contra a **Tendência Proletária**, propondo uma síntese das orientações das duas outras tendências. Permite um progresso dialético de posições e práticas das três tendências. Esse progresso será mais dialético do que o produto de sua concepção alternativa inicial: iniciativas político-militares, movimento de massas, correção de hipóteses estratégicas, união das três tendências".

Cronologia

1969 — Carlos Fonseca é eleito secretário-geral da FSLN, após mais uma reorganização da direção.

1970 — As atividades da FSLN se fazem cada vez mais clandestinas. Entre fevereiro e março, a Guarda Nacional mata várias personalidades, em diversas regiões, suspeitas de serem colaboradores da FSLN. Em outubro, é sequestrado um avião, com personalidades de uma empresa norte-americana, que são trocados por Carlos Fonseca, Humberto Ortega e outros dirigentes da FSLN que tinham sido presos.

1972 — Em maio, Somoza transfere o poder executivo a uma junta integrada por dois liberais e um conservador, mas mantém o controle da Guarda Nacional, que é a espinha dorsal do seu regime. Em 23 de dezembro acontece o terremoto de Manágua, que destrói o centro da cidade e mata 18 mil pessoas. Somoza declara estado de emergência e assume-se como ditador, ao mesmo tempo que se apropria dos fundos de ajuda que chegam do exterior. Os setores do empresariado médio, com isso, começam a caminhar para o lado da oposição.

1974 — Somoza é reeleito. Houve uma abstenção de 40%. É criado a UDEL. Em dezembro é tomada de assalto uma casa de somozista, onde se faz uma homenagem ao embaixador norte-americano.

1975 — Surge a **Tendência Proletária**, dirigida por Jaime Wheelock, Lutz Carrión e Carlos Huembes.

1976 — Morre em combate Carlos Huembes, junto com outros militantes. Em 8 de novembro, morre Carlos Fonseca, quando a Guarda Nacional ataca uma patrulha da FSLN, em Jinotega;

1977 — Os terceiristas rompem com a estratégia da Guerra Popular Prolongada. Os terceiristas são dirigidos pelos irmãos Ortega, e defendem a estratégia de insurreição urbana, baseado na unidade de todas as forças de oposição. Grupo dos Doze se reúne em Costa Rica, com o apoio da tendência terceirista e decide preparar a formação de um governo provisório. Em outubro começa uma ofensiva militar da FSLN.

1978 — É assassinado o dirigente oposicionista burguês Joaquim Chamorro por pistoleiros de Somoza. Várias manifestações de repúdio são organizadas, incluindo greves e incêndios a edifícios de somozistas, em várias cidades. A Guarda Nacional reprime violentamente. Começa mais

uma ofensiva da FSLN. "Insurreição de Monimbó, onde a Guarda Nacional mata cerca de duzentas pessoas. Em junho, as três tendências sandinistas fazem um acordo provisório para a constituição de um comitê nacional para coordenar as diversas ações táticas. Tomada do Palácio Nacional (22 a 24 de agosto); conseguindo libertar Tomas Borges e outros membros da FSLN, meio milhão de dólares e um avião que os leva até o Panamá. Rebelião de Matagalpa. Começa a ofensiva de outubro, e no dia 23 é anunciada a formação da Frente Sul do Exército Sandinista.

1979 — Reunificação da FSLN (7/3), com a criação de uma Direção Nacional conjunta. Começa em março a ofensiva da frente norte. Em fins de maio, começa a ofensiva final. Em 16 de julho é anunciada a formação da Junta de Governo de Reconstrução Nacional, com forte presença de dirigentes da FSLN. Em 14 de junho é anunciado o nome de doze membros do novo governo, apenas Tomas Borges tem seu nome incluído, sendo assim um governo mais moderado. Somoza foge do país. O parlamento elege Francisco Urcuyo, tentando uma última manobra para evitar a vitória sandinista. A pressão revolucionária continua e no dia 18 Urcuyo renuncia e foge do país. A revolução é vitoriosa.

Ascenso e novas iniciativas

Em outubro de 1977 a **Tendência Insurrecional**, dirigida por Humberto Ortega, lança uma ofensiva militar contra a ditadura de Somoza, que vivia nesse momento uma crise muito aguda. A oposição burguesa estava se sentindo reforçada. Buscava uma transição controlada do somozismo. A UDEL era reforçada com a integração de Pedro Joaquim Chamorro, presidente do maior jornal do país, **La Prensa**, e do seu partido, o Conservador.

Somoza, buscando uma manobra, que incluía uma melhoria da sua imagem ante a opinião pública, levanta o Estado de Sítio e a Lei Marcial, e convoca eleições municipais. O imperialismo e os vários segmentos burgueses opositoristas, além do somozismo, acreditam que a FSLN estava ou aniquilada ou, pelo menos, muito enfraquecida para qualquer lance ousado. Justamente nesse momento é que é lançada a ofensiva de outubro.

Essa ofensiva produz um processo de dupla importância aos olhos do povo, a FSLN ressurgiu com uma enorme autoridade. Os revolucionários, por sua vez, aprendem que "o trabalho junto às massas deveria ser muito reforçado", e as iniciativas militares mais sintonizadas com a dinâmica da consciência e ação das massas, aproveitando e aprofundando a crise do regime.

A crise do regime aprofunda-se mais quando, em 10 de janeiro de 1978, Joaquim Chamorro é assassinado por pistoleiros de Somoza. A indignação do povo nicaraguense é muito grande. A burguesia opositorista tenta então aproveitar-se dessa situação e galgar a direção das massas, fazendo um chamado para uma greve geral "não ativa" em 27 de janeiro.

Existe, no entanto, um processo de radicalização, em parte impulsionado pela FSLN, que atua nesse momento com uma política que combina iniciativas militares com estímulos à formação de comitês de bairro, e ações de associações estudantis e da Associação das Mulheres Interessadas na Problemática Nacional.

Todo esse processo culminou na insurreição de Monimbo, uma insurreição revolucionária de massas e que terminou sendo abafada com extrema violência pela Guarda Nacional.

Começava a surgir um novo momento da luta de massas e revolucionária.

Novo momento

Esse processo de radicalização foi também compreendido pelas forças não sandinistas.

Os segmentos opositoristas burgueses lançam o Movimento Democrático Nicaraguense (MDN) visando uma atuação mais agressiva contra o governo de Somoza. Esse movimento, contudo, rapidamente se demonstra frágil para os planos da burguesia, na medida em que foi superado pela radicalização das massas.

Então, foi criada a Frente

uma frente de unidade de ação, em luta frontal, contra a ditadura. Para evitar uma manobra da burguesia, o MPU tenta desenvolver uma política que leve à formação urgente de um governo provisório.

Esse processo de disputa entre a burguesia e a FSLN para ver quem conseguia hegemonizar a luta contra a ditadura de Somoza teve vários lances táticos importantes. Em agosto, a burguesia tenta uma política de "greve geral de braços cruzados". Ela esperava que o impacto dessa greve desse for-

colocada mais uma vez em uma situação secundária.

Cinco dias após essa ação sandinista, a burguesia opositorista lança uma greve patronal contra Somoza. Mas uma vez a FSLN, através do MPU, intervém nesse processo e termina hegemonizando-o, na medida em que serve para organizá-lo, difundi-lo e espalhá-lo por várias regiões.

Esse processo termina desencadeando, em setembro, todo um processo de revolta, em várias cidades. A Guarda Nacional, mais uma vez age

ciação. A FSLN, mais uma vez, demonstra uma forte capacidade de recuperação ante os golpes recebidos do inimigo somozista. A FSLN responde a essa política da burguesia lançando um novo movimento, a Frente Patriótica Nacional (FPN), em janeiro de 1979. Essa Frente integra o grupo dos doze, o Partido Popular Social-Cristão, os liberais independentes, os sindicatos sociais-cristãos, em uma grande unidade contra o somozismo.

Ao mesmo tempo, a insurreição popular começava a ser estruturada, com a construção de comitês de defesa civil e a concretização da aliança operária camponesa. No campo da ofensiva diplomática, os doze conseguem fazer com que a OEA se recuse a intervir militarmente na Nicarágua. Os sandinistas impulsionam toda uma política que visa a constituição do exército popular sandinista, com o objetivo de incorporar as massas à insurreição, ao mesmo tempo em que se buscava o estabelecimento de um governo provisório, com a participação decisiva da FSLN.

Ofensiva final

"A ofensiva final", diz Humberto Ortega, em **A Estratégia da Vitória**, "inicia-se em março com a tomada de El Jicaró. Nesse momento, estava se realizando a unidade das três tendências. Todas estavam de acordo que se deveria iniciar uma ofensiva pelo norte e já havia um consenso pela insurreição. A El Jicaró segue Esteli. Depois de Esteli segue Nova Gueiner...". Nesse processo de ofensiva militar da guerrilha, com a unidade das colunas combatentes, integra-se um grande número de novos revolucionários.

Em 4 de junho, a FSLN convoca uma greve geral revolucionária, que se combina com um processo de insurreição popular, com a utilização de milícias e brigadas populares.

Passa a existir uma dualidade de poderes no país: de um lado a ditadura somozista e do outro as forças militares sandinistas, MPU, Comitês de Defesa Cívicos e a FPN.

Essa situação se mantém até o dia 19 de julho, quando é lançado o ataque final contra a Guarda Nacional. Sob a pressão ao ataque, a Guarda Nacional implode, rompendo com isso a espinha dorsal do estado burguês na Nicarágua. Somoza foge. Manágua passa para as mãos dos sandinistas. O poder de decisão passa efetivamente para a FSLN. Surgia assim o segundo Estado operário no continente americano.



À frente: **Dona Maria Tellez (comandante dois) e Omar Cabezas.**
Atrás: **Daniel Ortega, Tomás Borge, Jaime Wheelock**
Os sandinistas ocupam o centro de Manágua

Ampla de Oposição (FAO). Ela foi uma tentativa de unidade da burguesia, com base em um programa que recusava a expropriação dos bens da família Somoza, defendia a manutenção da Guarda Nacional e a mediação entre a Organização dos Estados Americanos e a ditadura somozista.

A FSLN responde a essa política burguesa fundando o Movimento Povo Unido, que reúne a quase totalidade das organizações populares, em

ca política para o controle da transição do regime. A FSLN, então, toma o Palácio Nacional de Manágua, em 22 de agosto.

O impacto dessa ação foi enorme, tanto dentro como fora da Nicarágua. Somoza foi obrigado a aceitar um acordo com os guerrilheiros, por pressão da opinião pública. A hierarquia da Igreja Católica foi a intermediária desse "diálogo". Com essa ação, a burguesia opositorista foi

violentamente, massacrando barbaramente o povo. Parecia, após isso, que mais uma vez a repressão dos somozistas tinha aniquilado, ou pelo menos enfraquecido muito, a FSLN. A burguesia tenta aproveitar-se dessa situação, e em outubro, busca que o imperialismo aja como intermediário em um processo de transição na Nicarágua.

Uma vez mais a burguesia opositorista se equivoca: Somoza não quer nenhuma nego-

URSS

Uma greve com a cara do socialismo

Os mineiros em greve fundem em um só movimento a exigência de democracia com as reivindicações econômicas de justiça social.

Isaac Akcelrud

A greve geral de duas semanas dos mineiros soviéticos é o acontecimento mais auspicioso da atual conjuntura vivida pela URSS. Esta greve, na atualidade, se insere entre os momentos mais altos do movimento operário mundial, que volta a contar com a participação do proletariado soviético. Daí sua significação e peso internacionais.

Na imensidão euro-asiática da sexta parte do mundo onde, em 1917, a classe operária tomou o poder, os centros grevistas balizam uma trajetória de unidade e combate: Kuznetsk, na Sibéria; Donetsk, na Ucrânia e mais as bacias carboníferas do Don e do Dnieper, em plena Europa Oriental; Vorkuta, na região polar ártica; Karaganda, na Ásia Central.

Esta geografia não fala só de grandes extensões, diferentes regiões, línguas e povos. Acima de tudo, fala de unidade de ação em meio à irrupção de particularismos e rivalidades étnicas e nacionais no Estado multinacional. A greve dos mineiros é uma viva ação internacionalista.

Desenvolvendo-se em cadeia, a partir da Sibéria, a greve mobilizou 300 mil mineiros num front unitário e com uma pauta comum de reivindicações econômicas e políticas. Impôs um novo patamar à perestroika. Recuperou posições há décadas usurpadas pela burocracia. É um ponto de partida, abre um novo tempo na União Soviética. Anuncia a proximidade de novos embates que abalam a tirania dos burocratas.

Greve-semente

Numerosas greves esparsas vinham ocorrendo na União Soviética. Esta paralisação dos mineiros é a primeira que atinge em cheio um setor econômico fundamental e coloca na linha da frente um numeroso contingente de vanguarda da classe operária soviética. A burocracia foi colhida de surpresa. Os mineiros, na aparência, formam um setor privilegiado, pois seu salário de 500 rublos é mais do que o dobro do salário médio em vigor no país.

Entretanto, não foi possível aos burocratas do Ministério do Carvão contestar a legitimidade das reivindicações dos mineiros. No Kuznetsk, a expectativa de vida dos mineiros é inferior em dez anos à média de vida soviética. Nos últimos nove anos, confessam as esta-



“Chegou a hora de declarar guerra aos burocratas. Nas minas, eles não servem para nada” Alexander Kusaimov, um mineiro grevista

tísticas oficiais, dez mil mineiros morreram de doenças profissionais e muitos perderam a vida em acidentes do trabalho.

A pauta de 79 reivindicações registrou denúncias acessíveis ao grosso da população, à maioria esmagadora do povo e comuns às demais categorias profissionais, mobilizando um apoio geral contra o desabastecimento de carne e açúcar, racionamento da manteiga a meia libra por mês, somente um sabonete por trimestre.

Sobre a sólida base das reivindicações econômicas, a exigência política da democracia socialista, do controle operário na gestão das minas, uma nova constituição para a URSS. Toda uma sementeira política.

Susto na burocracia

A energia produzida e consumida na URSS é fundamentalmente termo-elétrica — queima carvão e óleo. Depois do desastre da central nuclear de Cher-

nobil esta dependência agravou-se. A greve dos mineiros, de estalo, parou nada menos que 150 fábricas. Foi uma advertência para as grandes empresas e complexos industriais do país. A burocracia entrou em pânico.

O próprio Gorbachev se referiu a um “grave perigo”. A Agência Tass não vacilou em anunciar uma “catástrofe” para as produções siderúrgica e energética. E o Ministério do Carvão caiu no ridículo de mandar descontar os dias parados, como faria qualquer patrão capitalista.

A organização independente e combativa dos trabalhadores em setor básico da economia desequilibra o quadro anterior e muda a relação de forças. Os mineiros não queriam conversa com qualquer burocrata de segundo time. Exigiram negociação direta com o próprio Gorbachev através de uma comissão de alto nível. O primeiro ministro chefiou pessoalmente a missão enviada à Sibéria para acertar os ponteiros com o Comitê de Greve.

Os mineiros venceram em toda linha. O próprio ministro do Carvão teve que esquecer o desconto dos dias parados, para anunciar que o acordo era válido para as minas de todo o país.

Sua declaração não mereceu confiança. O acordo teve que ser negociado mina por mina, cidade por cidade.

Na Sibéria, os mineiros foram logo avisando: “se nos apunhalarem pelas costas, paramos tudo de novo”. E nos outros lugares, a greve só terminou com ratificação das cláusulas do acordo, ponto por ponto, na língua da terra, sob controle do Comitê de Greve local.

Algumas das conquistas alcançadas: suprimento imediato de manteiga, carne, calçados, equipamentos domésticos, televisores; adicional por serviço noturno, comida melhor, descanso semanal, férias regulares; participação operária na gestão das minas, liberdade da venda da produção excedente da quota do plano quinquenal para aplicação da renda suplementar em programas sociais.

Está em tramitação no Soviet Supremo projeto de lei reconhecendo o direito de greve. A palavra greve nem consta da constituição estalinista. Gorbachev liberou uma verba de 16 bilhões de dólares para importação imediata de bens de consumo, principalmente alimentos.

Consequências políticas

Rapidamente Gorbachev mudou o

discurso antigreve. Com habilidade política desistiu de remar contra a corrente, alegando os prejuízos à economia nacional. Passou a acusar a burocracia e não os trabalhadores contra o alto custo da greve. Passou a exigir "sangue novo", no Partido Comunista e na administração, de ponta a ponta, da célula local ao Politburo.

Mais ainda, aproveitando o embalo da greve, quer antecipar para já o Congresso do PCUS. Previsto para 1991, deverá reunir-se no princípio de 1990, o que implica em movimentação imediata de toda a máquina partidária: eleição de delegados, discussão de teses.

Greve em Congresso

Os sindicatos oficiais, atrelados à máquina burocrática, ficaram completamente à margem de toda essa ação de envergadura política, econômica e social. Nem para a burocracia servem mais, esvaziados e inoperantes. O movimento operário soviético renascido reivindica ampla liberdade sindical.

Mas não espera concessões do alto. Vai logo fazendo o que precisa ser feito. Assim, o Comitê Regional dos Trabalhadores, que organizou a greve, foi à televisão para convocar um "Congresso Nacional dos Comitês de Greve" de toda a União Soviética.

O movimento dos mineiros começa a articular-se com todos os setores e segmentos que já entraram em luta. Parte direto para a elaboração da experiência

comum. O governo procurou acelerar os entendimentos também preocupado com a possibilidade do contágio e generalização da greve. Está na agulha o disparo da greve dos transportes, marcada, em princípio, para o próximo dia 10 de agosto, greve de ferroviários que poderá estender-se de Vladivostok a Leningrado.

As lideranças sindicais emergentes reclamam plena autonomia sindical. O "socialismo de mercado" é uma ameaça aberta de elevação dos preços. A reorganização da indústria ameaça a classe operária com a perda de milhões de empregos. Os assessores econômicos de Gorbachev terão que rever suas metas. Os trabalhadores já estão dando sinais muito claros de que não admitirão a abolição do pleno emprego. Os argumentos oficiais restritivos ao recurso da greve, alegando prejuízos à economia nacional, terão que ser postos de lado. As dificuldades econômicas são de inteira responsabilidade da burocracia usurpadora e não devem recair sobre os trabalhadores.

Repercussão internacional

A greve dos mineiros soviéticos produziu um impacto poderoso e duradouro no mundo inteiro. Começou por iniciar a ruptura da imagem de tirania e sufocamento dos direitos democráticos da classe operária soviética — essa trágica herança do estalinismo. É o primeiro sinal de reconquista da face libertária do socialismo.

O impetuoso ascenso da luta pela democracia socialista começa a privar o arsenal ideológico da burguesia do principal argumento e apoio que a geração estalinista e o "socialismo num só país" vinham lhe proporcionando tradicionalmente. A imprensa capitalista e seus intelectuais domesticados lançaram-se a uma furiosa campanha destinada a "provar" que as greves na União Soviética são um sintoma de crise terminal e prova definitiva do fracasso da luta pelo socialismo.

No fundo, a propaganda burguesa é uma defesa mal disfarçada da burocracia, denunciada na União Soviética desde a década de 20 pela Oposição de Esquerda, estigmatizada nos últimos escritos de Lenin. A imprensa burguesa tenta impingir a idéia de que a crise não é uma agonia da ditadura burocrática, mas uma prova de inviabilidade do socialismo.

A reconquista do direito de greve e libertação dos sindicatos da cangalha estatal são apenas os primeiros passos. Já não parece mais possível um retrocesso à asfixia do movimento operário na URSS. A já anunciada greve dos transportes, o Congresso dos Comitês de Greve, a movimentação geral detonada pela greve dos mineiros, ao contrário, já produzem resultados no campo superior da organização política. Por exemplo, está formada a primeira oposição política na União Soviética, desde as sangrentas purgas estalinistas que sufocaram a Oposição de Esquerda.

Na organização do bloco parlamentar de oposição, significativamente, estavam presentes jovens oficiais do Exército e delegados dos mineiros da Sibéria, lembrando o estilo dos deputados operários e soldados das jornadas históricas de 1917. Não há exemplo de que uma organização sindical e política independente dos trabalhadores, inclusive restabelecendo o controle operário num setor tão vital como a indústria carbonífera, possa restabelecer a propriedade privada dos meios de produção. Isto é que é uma utopia capitalista.

É evidente que, prosseguindo a ofensiva sindical e política do movimento operário em ascensão, o risco maior de desaparecer do mapa político aponta para a burocracia. Na medida em que as lutas sociais e as dificuldades econômicas abalam o poder e impõem mudanças, o choque de tendências deve aguçar-se. A lógica da burocracia tende para a economia de mercado e, no limite, para o capitalismo. Em contração, a lógica do movimento operário independente aponta para o fortalecimento da perspectiva de restabelecimento do Poder Soviético em sua integridade e autoridade.

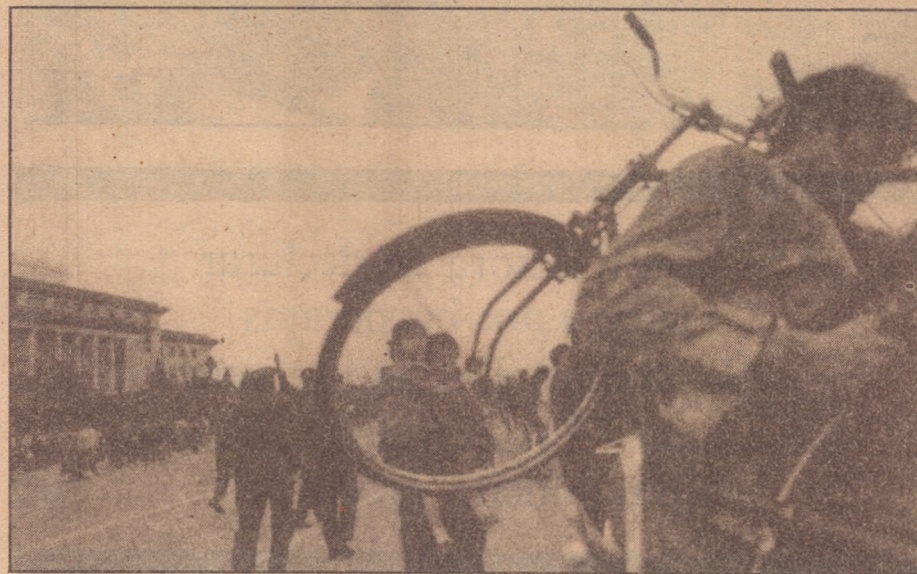
A classe operária soviética dispõe de reservas de combatividade e de energia política rapidamente mobilizáveis para encabeçar a segunda revolução socialista, a revolução política. É a mais numerosa e a mais culta do mundo. É portadora da maior e mais gloriosa tradição revolucionária de todas as épocas e de todos os países.

Repercussões do massacre na China

Gorbachev e Boris Yeltsin, Fidel e Ortega, maoístas e ex-maoístas: posições diversas no espaço plural das diversas correntes que se reivindicam do socialismo.

* Enquanto Gorbachev tomou uma atitude de Poncio Pilatos diante do massacre da praça Tian Anmen e a repressão que se seguiu, Boris Yeltsin fez a seguinte declaração: "O que está acontecendo na China é um ato criminoso contra o povo...é um crime contra os cidadãos do próprio país, assim como ocorreu em Tbilisi (referência à repressão ao movimento nacionalista da Geórgia que causou a morte de no mínimo vinte pessoas recentemente na URSS)." O ex-dirigente do Partido Comunista na cidade de Moscou, com várias outras personalidades, também convocou uma demonstração que levou às ruas de Moscou cerca de quinze mil pessoas no dia 9 de junho.

* O mais forte posicionamento de apoio às autoridades chinesas parece ter vindo do parlamento da Alemanha Oriental: "Os deputados da Assembleia Popular sustentam que na atual conjuntura a solução política dos problemas internos perseguidos de forma determinada pela liderança do partido e do estado foi obstruída pelos sangrentos excessos de elementos anti-constitucionais. Como resultado disso, o governo foi forçado a enviar tropas para restaurar a ordem. Lamentavelmente, isto levou a que muitas pessoas fossem feridas e até a que algumas fossem mortas."



Socialismo e democracia: um enigma na história

* O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, condenou firmemente o banho de sangue em Pequim: "Não podemos adotar um duplo comportamento diante destes casos de violência. Eles têm de ser condenados, qualquer que seja o sistema ou país em questão. Não podemos apoiar a violência na China, da mesma forma que não podemos apoiar a violência na Venezuela."

* Fidel Castro, em contrapartida, em uma declaração publicada nos jornais

mexicanos, avalia que este acontecimento é lamentável, mas que as informações são insuficientes para poder exprimir um julgamento completo e que se trata de toda forma "de um problema interno" da China.

* No Peru, o Partido Mariateguista Unificado (PUM) também condenou o massacre e declarou o seu apoio aos estudantes chineses.

* Manifestações de protesto com milhares de pessoas ocorreram na Polô-

nia e na Hungria, assim como em várias capitais europeias.

* O Partido Comunista Francês condenou a repressão com palavras fortes, o que provavelmente não estava desvinculado do receio do impacto eleitoral diante das eleições para o Parlamento Europeu. A declaração do Bureau Político do PCF parece quase "trotskista": "Estes acontecimentos não significam a condenação das idéias socialistas ou comunistas. Socialismo não é a vigência de métodos autoritários, o poder de uma casta, o culto à personalidade, arbitrariedade e utilização da força, burocracia, privilégios e corrupção, desigualdades sociais, incompetência e irresponsabilidade. Estas características são a sobrevivência na sociedade dos problemas do capitalismo ou feudalismo, de concepções alheias ao socialismo."

* Finalmente, na Noruega, um dos últimos partidos maoístas da Europa, o APK (m-1) rompeu com Pequim denunciando o "terror fascista". Em contrapartida, o Partido do Trabalho da Bélgica (PTB) — a outra organização maoista sobrevivente na Europa — decidiu apoiar o PC chinês contra o "levante contra-revolucionário", apesar de rejeitar "os métodos militares exagerados" que foram utilizados por seus "camaradas" chineses.

China

A resistência operária

— O que mais lhe surpreendeu no movimento da Praça Tian Anmen?

Lee Cheuk Yan — Foi a independência do movimento. Nunca tinha havido na história da China — desde a sua libertação, em 1949, até os nossos dias — senão movimentos dirigidos pelas cúpulas, seja no momento da revolução cultural ou quando de outras mobilizações políticas. Mas desta vez, foi o próprio povo, os operários, os estudantes e os intelectuais que organizaram o movimento pela base, de baixo para cima e não de cima para baixo. Um movimento pela democracia, contra a burocracia e a corrupção do partido.

O que me impressionou também é que eles sentiram a necessidade de se organizar, de ter a sua própria organização. Os estudantes construíram a sua organização autônoma e tinham o projeto de construí-la ao nível de todo o país e não somente em Pequim. Os operários objetivavam igualmente construir o Sindicato autônomo, à escala de todo o país, assim como sindicatos em numerosas cidades.

Estes dois movimentos alcançaram uma primeira etapa no seu processo de organização autônoma. O que é trágico é que este processo durou somente um mês e este embrião de democracia, de organização foi massacrado pelo exército, pelos tanques e a fuzilaria. Após o massacre, começou um período de "terror branco", de prisões, de condenações à morte, encorajou-se a delação. É um pouco o que se assistiu durante a revolução cultural. Destila-se o medo na população e também a falsificação dos fatos. Cria-se uma atmosfera extremamente tensa.

— Você avalia que através desta vontade de auto-organização, eles manifestavam a sua recusa em apoiar esta ou aquela corrente do partido e que eles não poderiam resolver os seus problemas senão por sua própria ação?

Lee Cheuk Yan — Os operários me disseram claramente o que pensavam da Federação Geral dos Sindicatos. Para



Grevistas de fome na Praça Tian Anmen

O movimento operário e os estudantes de Hong-Kong apoiaram de forma profunda os ocupantes da praça Tian Anmen, fornecendo-lhes barracas, víveres, material.

Lee Cheuk Yan, secretário-geral da organização operária Christian Industrial Committee é uma figura muito importante deste movimento de solidariedade. Lee foi testemunha do massacre da noite de 3 de junho. Ele havia ido a Pequim para doar aos estudantes a soma de dois milhões de dólares, fruto de coletas do movimento de solidariedade em Hong Kong. Este dinheiro lhe foi confiscado pela polícia e ele foi detido durante três dias. Militante cristão radical, Lee esteve durante vários dias com os militantes do Sindicato Autônomo dos Operários de Pequim.

O enviado especial da INPRECOR, Laurent Carasso, o entrevistou já em Hong Kong.

eles, é um sindicato que não defende verdadeiramente os interesses dos trabalhadores e sua única função é distribuir tickets de cinema! Os estudantes pensam o mesmo sobre a Federação Estudantil, na qual todos os dirigentes têm mais de quarenta anos. Não são mais estudantes! É por causa disso que os estudantes queriam agir por conta própria.

Além disso, eles não disseram jamais "Abaixo o partido comunista". Eles queriam apenas reformar o partido, ter o direito de se organizar livremente, por fim à corrupção. No início, o porta-voz do partido se dizia de acordo com estas reivindicações.

Mas o Partido Comunista Chinês não podia aceitar que todos os seus vícios fossem assim expostos ao povo chinês. Ele foi desafiado pelos estudantes e operários. O Partido não podia aceitar que a função de poder lhe fosse contestada pela base.

— Você encontrou-se com os militantes do Sindicato Operário. Eles estavam apenas no início de sua organização...

Lee Cheuk Yan — Sim, não havia ainda uma grande organização em Pequim. Eles vieram espontaneamente apoiar os estudantes. De início, eles serviram de proteção aos estudantes, assegurando-lhes comitês de segurança. Em seguida, anunciaram que formariam o Sindicato autônomo dos operários de Pequim. A sua declaração oficial data de meados de maio. Eles não tiveram direito senão a duas ou três semanas de existência.

O que me disseram acerca de suas reivindicações mostra que elas eram semelhantes aos dos estudantes: contra a corrupção dos burocratas, pela democracia, por uma participação real nas decisões nas empresas. Eles já haviam redigido seus estatutos, estavam em vias de eleger uma direção, de realizar filiações. Tinham uma centena de membros, não mais. Havia previsto percorrer as fábricas para explicar aos operários a necessidade de se organizar, de se formar politicamente, de exigir direitos legais para o sindicato. Eles eram muito corajosos: diziam que se ficasse apenas um após

o combate, este sobrevivente continuaria a segurar a bandeira do Sindicato Autônomo dos operários, para que todo mundo o conhecesse.

Hoje, apesar deles terem sido massacrados, a importância deste Sindicato não pode ser ignorada pois representa um espaço para os trabalhadores na China. Penso que esta idéia permanecerá na memória dos trabalhadores. No futuro esta bandeira ressurgirá.

— Eles tiveram tempo de estabelecer um programa de reivindicações?

Lee Cheuk Yan — De fato, eles não elaboraram reivindicações particulares, como aumento de salários ou outras exigências econômicas. Eles levantavam aspirações mais fundamentais, como os estudantes: "Abaixo os burocratas! Abaixo a corrupção?" E diziam claramente que se os trabalhadores são pobres é porque os burocratas exploram o povo.

— Eles tiveram tempo de se estruturar nas empresas?

Lee Cheuk Yan — Eles estavam sobretudo presentes na praça Tian Anmen mas tinham apoio em numerosas empresas, que eles pretendiam organizar. É muito significativo que dois dias antes do massacre, os jornais de Pequim anunciaram que quarenta empresas haviam denunciado o Sindicato Autônomo dos Operários de Pequim como ilegal. E uma destas empresas é uma grande fábrica de 220 mil operários, a Aciaria da capital. É uma fábrica tão simbólica para a classe operária chinesa como os estaleiros navais de Gdansk, na Polônia. E para impedir que os operários viessem apoiar os estudantes, o exército cercou a aciaria.

— Em um primeiro momento, a repressão se voltou com toda a fúria sobre os operários...

Lee Cheuk Yan — Sim. Pelo menos em cinco cidades foi anunciada a prisão de militantes de Sindicatos Autônomos de trabalhadores. Estas organizações existiam ao menos nestas cidades e evidentemente eram nas principais cidades industriais.

Assim, em um intervalo de tempo muito curto, o movimento ampliou-se a numerosas cidades. Os militantes me disseram, em Pequim, que trabalhadores vieram de outras cidades para encontrá-los. Uma rede nacional começava a se organizar.



Nalu Faria

Os Encontros Nacionais Feministas têm sido quase a única forma de contato entre as feministas dispersas no movimento, tanto as que têm origem nos grupos autônomos quanto as provenientes dos diferentes setores do movimento de mulheres. Estes Encontros se iniciaram em 1979 e até 1984 se realizaram concomitantes às reuniões da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) onde predominava a presença do setor das feministas veiculadas aos "grupos autônomos" ou com contatos.

Em 1985, realizado em Belo Horizonte, pela primeira vez em um espaço próprio, aglutinou cerca de 150 mulheres, saltando para mais de 500 no 8º Encontro no ano seguinte, em Petrópolis, no Rio de Janeiro e, em 1987, para cerca de 800 mulheres em Garanhuns-PE.

Esta é uma dinâmica que também se repete a nível latino-americano. A realização do terceiro Encontro Feminista Latino-americano, em Bertioga-SP, em 1985 — anterior ao encontro de Petrópolis — teve uma repercussão importante no movimento de mulheres no Brasil. A presença neste Encontro de um grande número de mulheres provenientes do movimento popular possibilitou que uma grande parte delas pudesse ter pela primeira vez, desde os Congressos da Mulher em diferentes Estados no início da década, a experiência de participação em um fórum feminista amplo.

A presença nestes Encontros de mulheres vinculadas ao movimento popular e sindical, cumpre um papel importante de troca de experiências, de vivências, de contato direto com as experiências de caráter conscientemente feminista, contribuindo para a incorporação do feminismo pelos setores do movimento sindical e popular.

Embora estes Encontros não tenham se proposto a ser fóruns de articulação organizada do movimento, têm possibilitado um crescimento da consciência da necessidade da sua organização.

Grupos e oficinas

O clima que envolve a preparação do 10º Encontro Nacional Feminista traz a marca de uma década de Encontros, num momento singular da sociedade brasileira em plena campanha para Presidente, onde estão em disputa diferentes projetos de saída para a crise em que vive o país. Inevitáveis as perguntas: que feminismo temos construído, que propostas temos para este momento, como tem sido a nossa relação com o poder, como tem se construído nossas lutas?

Em uma reunião realizada no dia 29 de julho, as mulheres de São Paulo e algumas de outros estados (RJ, MG e RS) definiram uma proposta de dinâmica e temário para o Encontro. A idéia é que seja possível nestes quatro dias a expressão e mostra da diversidade de experiências, de desejos, de temas que compõem hoje, a participação nos Encontros, com a presença de mulheres acadêmicas, operárias, rurais, donas de casa, empregadas domésticas, setores de serviços.

O que se quer é promover o intercâmbio e troca de experiências entre todas as mulheres, que também tenha um caráter de formação sobre o feminismo. Além disso, é cada vez mais presente a necessidade de se discutir os rumos de construção do movimento traduzida na necessidade de articulação nacional tanto em nível organizativo como de bandeiras unificadas.

Para se responder aos vários objetivos, a proposta é ter momentos de discussões em grupos com eixos comuns sobre as perspectivas do movimento, em nível das lutas e da relação com o poder (governo, partidos, movimentos, sociedade, família).

Às tardes haverá oficinas e grupos de interesse onde se abordará os vários temas: direitos reprodutivos, sexualidade, violência, aborto, trabalho doméstico, questão racial, sindicalismo, trabalho rural, comunicação e outros. As oficinas e grupos de interesse serão organizadas conforme propostas das participantes. Por exemplo: alguém que trabalha com creches, aborto, violência etc. propõe um grupo e convida pessoas que estão interessadas em fazer tal discussão. Isso permite os mais variados grupos de forma livre e criativa,

de acordo com as necessidades das participantes.

Como participar

A organização de cada Encontro Nacional Feminista tem ficado a cargo do movimento de mulheres do Estado em que é organizado. Por isto mesmo, o 10º Encontro Nacional Feminista está sendo organizado pela Coordenação do Movimento de Mulheres de São Paulo, ampliada por feministas que não pertencem a nenhum grupo. A própria Coordenação é bastante diversificada em sua composição, integrando mulheres de vários grupos e entidades de São Paulo, do Movimento Autônomo de Mulheres, do movimento popular e algumas ativistas de Comissões Sindicais de Mulheres.

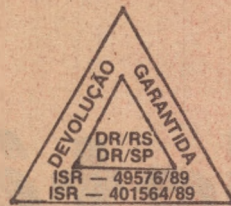
O local onde se realizará o Encontro, a Colônia de Férias do SESC, em Bertioga, só tem capacidade para mil pessoas. Isto impõe uma limitação que obrigou ao estabelecimento de quotas regionais; Norte, 50 participantes; Nordeste, 200; Centro-Oeste, 50; Sul, 150; São Paulo, 300; Rio de Janeiro, 150; Minas Gerais, 50 e Espírito Santo, 50.

O valor das taxas de inscrição será

diferenciado conforme a região por causa dos distintos custos de viagem e terá valores diversos conforme a época da inscrição por causa da inflação: Norte e Nordeste, NCz\$ 30,00 até 18/08 (após essa data será NCz\$ 50,00); Sul, Centro-Oeste e Sudeste, NCz\$ 50,00 até 18/08 (após, será NCz\$ 70,00); São Paulo, 70,00 até 18/08 (após, será NCz\$ 100,00).

Foi criada uma taxa de apoio para cobrir os altos custos. Com dois valores, 100 e 150 cruzados novos, a taxa de apoio não é obrigatória. A inscrição será feita mediante depósito na conta nº 60.029 da Agência 0200-3, do Bradesco, em nome de Maria Amelia Teles e Aparecida Pedra Kopcak. A ficha de inscrição deverá ser enviada com nome, endereço, grupo a que pertence, junto com a xerox do depósito bancário.

Cada estado deverá redistribuir as vagas que lhe tocarem para possibilitar a representação dos diversos grupos. Toda a correspondência deve ser enviada à Secretaria: Rua Coração da Europa, 1.395, Bela Vista, São Paulo, SP. CEP: 01314. Fone (011) 36-2367.



IMPRESSO



10º Encontro Nacional Feminista

De 14 a 17 de setembro em Bertioga, litoral de São Paulo, se reunirá aquele que é o fórum mais importante da afirmação do movimento feminista autônomo no Brasil.



Marxismo e Feminismo é o lançamento mais recente dos Cadernos Democracia Socialista.

Ele traz os seguintes artigos:

- Marxismo e Feminismo de Frédérique Vinteuil
- Os fundamentos da luta pela libertação das mulheres, resolução da tendência Democracia Socialista
- Por uma abordagem revolucionária da questão sexual, de Rosa Olivares
- O feminismo e a luta dos trabalhadores, de Tatau Godinho

Para receber o caderno **Marxismo e Feminismo**, envie um cheque nominal à Editora Aparte Ltda., no valor de NCz\$ 4,00; Rua Artur de Azevedo, 556, Pinheiros, CEP 05404. São Paulo, SP.